

07 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

TJ julga hoje pagamento de benefícios sob suspeita

Licenças dadas a magistrados foram convertidas em dinheiro pela corte

Desembargadores de SP receberam entre R\$ 15 mil e R\$ 36 mil por tempo em que atuaram como advogados

Desembargadores receberam do Tribunal de Justiça de São Paulo pagamentos entre R\$ 15 mil e R\$ 36 mil em 2011 por períodos em que eles trabalharam como advogados, antes de ingressar na corte.

As remunerações foram resultado da compra pelo tribunal de dias de licenças-prêmio concedidas pela corte paulista aos magistrados.

Hoje, o Órgão Especial do TJ vai julgar a legalidade desses pagamentos.

As quitações dessas verbas foram suspensas em dezembro pelo Conselho Superior da Magistratura do próprio tribunal, que levantou dúvida sobre a licitude da aprovação do benefício.

A medida foi tomada um dia após a corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) ter iniciado uma inspeção na folha de pagamentos do tribunal.

A licença-prêmio é um benefício para os funcionários públicos que comprovam assiduidade na administração. Cada cinco anos trabalhados no serviço público dão direito a noventa dias de licença.

Como revelado pela **Folha** em dezembro, em 2010 e 2011 o TJ autorizou a concessão das licenças-prêmio a 22 juízes considerando até 25 anos de tempo em que eles exerceram a advocacia.

Agora o presidente do TJ, Ivan Sartori, informou que os benefícios foram convertidos em dinheiro e o total a ser pago a cada juiz foi dividido em parcelas mensais. As quitações foram interrompidas em dezembro após a terceira parcela ter sido paga.

O presidente do TJ disse que a concessão da vantagem ocorreu em gestão anterior por conta de uma interpretação da Loman (Lei Orgânica da Magistratura). Essa lei autoriza que magistrados contem, para fins de aposentadoria, até 15 anos do tempo de atuação como advogados.

FOLHA DE S. PAULO

ÉLIO GASPARI

O 'descuido' 07 MAR 2012 dos magistrados do TJ-SP

Desembargador é um substantivo, designa uma relevante função, seria terrível se virasse adjetivo

O REPÓRTER Flávio Ferreira mostrou que, nos últimos dez anos, desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo receberam seus atrasados acrescidos de juros de 1% ao mês. A taxa deveria ter sido de 0,5%. Dias depois, o presidente da corte, Ivan Sartori, disse que isso aconteceu porque "o tribunal, simplesmente, por descuido, deixou de rever essa forma de correção (os juros de 1%) quando vieram leis específicas da Fazenda".

Descuido? Com juros compostos não se brinca. Conta lenda que, em 1676, os holandeses compraram a ilha de Manhattan aos índios pelo equivalente a 24 dólares. A juros compostos de 7,4% anuais, hoje esse dinheiro seria suficiente para comprar todo o patrimônio imobiliário da ilha.

As cifras recebidas por 29 desembargadores paulistas investigados porque teriam furado a fila de acesso às indenizações sempre soaram esquisitas. Um milhão de reais para cá, R\$ 500 mil para lá. Os magistrados tinham direito ao dinheiro. Afinal, em 2000, o auxílio-moradia dado aos parlamentares foi estendido aos juízes e, oito anos depois, foi reconhecido um crédito retroativo para o período de setembro de 1994 a dezembro de 1997. O auxílio-moradia para desembargadores que viviam e trabalhavam em São Paulo ficou entre R\$ 2.500 e R\$ 3.000 mensais.

Num exemplo hipotético, com juros de 0,5% ao mês, uma pessoa que fosse indenizada por quantias idênticas, pelo mesmo período de 40 meses, num cálculo feito ao final

de dezembro 2010, receberia entre R\$ 244.644,31 e R\$ 293.573,17. Se os juros fossem de 1%, a fatura ficaria entre R\$ 597.860,10 e R\$ 717.432,12.

A teoria do "descuido" é pobre. Não foi um erro de conta. Se fosse, teria ocorrido "simplesmente" um constrangedor e bondoso equívoco. Foi uma transgressão. As "leis específicas da Fazenda" mandavam uma coisa —juros de 0,5%—, e o tribunal distribuiu o dobro. Se a lei fixa uma taxa, e os desembargadores usufruem de outra, abala-se a confiança que a patuleia deposita em suas sentenças.

Vá lá que todos os desembargadores vissem no estacionamento da corte o Porsche Cayenne do presidente do tribunal que autorizou esses pagamentos. Vá lá que se desse aos desembargadores que vieram da advocacia privada o direito de receber licenças-prêmio da Viúva pelo tempo em que trabalhavam em bancas particulares.

Vá lá que, por necessidades especiais, 29 afortunados passassem à frente dos outros 324 magistrados. Vá lá que entre essas necessidades estivesse a reforma de um apartamento inundado pela chuva. Esquisito, porém legal. Juros dobrados, não.

Não custa repetir o ensinamento do juiz Louis Brandeis: "A luz do sol é o melhor desinfetante". O Tribunal de Justiça de São Paulo precisa divulgar todos os nomes, cifras e cálculos que guarda consigo. Fazendo isso, o Judiciário será o maior beneficiado. Do jeito que estão as coisas, arrisca-se um pesadelo: um dia, desembargador deixar de ser título, tornando-se adjetivo.

Erros:

1) Ophir Cavalcante, presidente da OAB, é procurador licenciado do Estado do Pará. Ele não integra o quadro do Ministério Público paraense.

2) Raymundo Faoro não era presidente da OAB ao tempo da campanha das Diretas-Já. A essa época, a instituição estava a cargo de Mário Sérgio Duarte Garcia. Faoro presidiu a Ordem de 1977 a 1979.

FOLHA DE S. PAULO

BIANCA PEDRINA, JÉSSICA MOREIRA, MAYARA PENINA, SEMAYAT OLIVEIRA E PATRÍCIA SILVA

!!! Nós, mulheres da periferia

Sempre escutamos frases como “ela é formada, mas não na USP” ou “ela é ótima, mas mora longe”, mas o tempo ensina a não ter vergonha da periferia

07 MAR 2012

Se a periferia tivesse sexo, certamente seria feminino. Como coração de mãe, ela abraça os seus filhos sem distinção, sem ver se é belo ou feio, dentro ou fora dos padrões.

No dicionário, periferia é a região mais afastada do centro. Um termo que designa apenas um espaço geográfico, não o pior lugar da cidade.

Em São Paulo, há mais de 650 mil mulheres vivendo na periferia — e presentes em toda a cidade, trabalhando, estudando e saindo com os amigos. No Brasil, quase 22 milhões de mulheres são chefes de família.

E para quem é considerada uma favelada, alcançar o ensino superior é quase impossível. É como se ela nascesse com seu destino determinado. Jamais vai ter dinheiro para pagar a universidade e a escola pública não vai prepará-la.

Mas agora, belas, agressivas, cheias de gana e autoconfiança, essas mulheres estão driblando as dificuldades para ascender socialmente. Passaram a incluir mais uma atividade em sua dupla jornada, que se tornou tripla, pois também estudam.

Hoje, mais do que nunca, mães que não tiveram oportunidades de ensino podem sonhar com o estudo dos seus filhos. Na periferia, a mãe tem orgulho de dizer à patroa que seu filho “fez faculdade”.

Não que o diploma de ensino superior tire a sensação de ser marginalizada. “Ela é formada, mas não na USP. É uma ótima profissional, mas mora muito longe.” Essa é a realidade de muitas das 3,6 milhões de brasileiras que fazem faculdade.

Situação que apaga e esconde diversas características da população que está longe dos grandes centros. A periferia tem, sim, pessoas interessadas em arte, moradores engajados em movimentos sociais e políticos que querem mostrar a pluralidade deste “outro mundo”.

Yhorranna Ketterman, moradora de Taipas, zona norte de São Paulo, é um exemplo. Ficou grávida aos 17 anos. Sugeriram que ela abortasse, ela recusou. Aos 28 anos e com dois filhos, Yhorranna sonha com uma casa, pois vive em uma moradia irregular. Na favela onde mora, os becos são apertados. Ao abrir a porta, só vê casas coladas — ao menos pode pedir para a vizinha ficar de olho nas crianças quando vai trabalhar.

Ela é metalúrgica e se separou do marido depois de uma briga que a deixou com o dedo torto. Já apANHOU, mas também bateu. Como mulher forte que é, decidiu fazer a operação para não ter mais filhos, encerrando o machismo do então parceiro, que não quis fazer a vasectomia.

Sozinha e chefe do lar, Yhorranna manda na sua vida.

Não basta, no entanto. Quem de nós nunca ouviu a famosa afirmação: “Você não parece que mora na periferia.” Bom, até onde sabemos e vemos, as mulheres da periferia não têm apenas um padrão de beleza, não usam as mesmas roupas e não gostam de um único tipo de música.

Somos negras, brancas, jovens, idosas, mães de outras meninas. Gostamos de fotografia, balé, funk, teatro. Na entrevista de emprego, o local onde moramos cria constrangimento. “Sim, tomo ônibus. Trem. Dois metrô. E ônibus de novo.” No happy hour, é comum escutar: “Lá entra carro? Essa hora é perigoso. Quer dormir na minha casa?”. A resposta é não. Saímos cedo, voltamos tarde, mas sempre voltamos.

Trabalhamos perto, trabalhamos longe, dirigimos carros, usamos ônibus. Somos várias, diferentes histórias, o mesmo lugar. É impossível nos reduzir a um estereótipo.

Com o tempo, a mulher aprende a dizer que seu bairro não é tão perigoso quanto pregam. Aprende a não ter vergonha de dizer que é da periferia, pois é lá que estão suas raízes e tudo aquilo que aprendeu.

Ser mulher na periferia é também esperar mais de um mês para ir ao ginecologista. É não conseguir creche para seus filhos. Mas nada disso intimida. Nesta semana da mulher, vale lembrar que pobreza maior é não ter espaço para ser. Na periferia, elas são: mulheres guerreiras.

BIANCA PEDRINA, 27, é jornalista e mora em Taipas
JÉSSICA MOREIRA, 20, estuda jornalismo e mora em Perus
MAYARA PENINA, 21, de Paraisópolis, estuda jornalismo
SEMAYAT OLIVEIRA, 23, jornalista, vive na Cidade Ademar
PATRÍCIA SILVA, 23, é jornalista e mora no Campo Limpo
Todas são correspondentes do blog Mural, da Folha.com

07 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

STJ condena Editora Abril a pagar indenização de R\$ 500 mil a Collor

DE BRASÍLIA - A Editora Abril foi condenada a indenizar por injúria o ex-presidente Fernando Collor pelo Superior Tribunal de Justiça, que elevou o valor da decisão inicial do Tribunal de Justiça do Rio de R\$ 60 mil para R\$ 500 mil. Cabe recurso.

Para o STJ, um texto do jornalista André Petry publicado em 2006 na revista "Veja" ofendeu a honra de Collor ao chamá-lo de "corrupto desvaltrado". A 3ª Turma do STJ enten-

deu, por unanimidade, que os termos são injuriosos. A Abril pode recorrer no STJ e no STF.

Quando Collor entrou com a ação em 2008, ele perdeu na primeira instância, mas o TJ-RJ reformou a decisão e fixou a indenização em R\$ 60 mil. A Abril pediu a anulação da decisão alegando direito à liberdade de expressão, e Collor pediu indenização maior. A **Folha** não conseguiu contato com a Abril na noite de ontem.

Segurança é condenado a 18 anos de prisão por matar cliente em loja

DE SÃO PAULO - Foi condenado a 18 anos de prisão Genilson Silva Souza, 29, que matou em 2008 o cliente Alberto Milfont Júnior, 23, dentro de uma loja das Casas Bahia no Campo Limpo (zona sul de SP).

O segurança, que trabalhava para uma empresa terceirizada, discutiu com a vítima e a baleou na cabeça.

Souza foi condenado anteriormente por homicídio doloso qualificado por motivo fútil e

recorrerá em liberdade.

O crime aconteceu em novembro de 2008, quando Milfont Júnior foi com a namorada e um amigo comprar um colchão. O segurança desconflou de Milfont e o abordou.

Eles discutiram e a vítima chegou a mostrar a nota fiscal para provar que não havia roubado o colchão. A família de Milfont entrou com uma ação de indenização contra a loja que ainda tramita na Justiça.

METRO

Demora nos Juizados Especiais

Juizados criados para agilizar as chamadas "pequenas causas" começam a ficar lentos e primeiras audiências demoram até um ano para ser marcadas, dizem advogados. Tribunal de Justiça alugou prédio novo, mas o local desagradou a OAB-PR, que pede mudanças e diz que ali a tendência é de mais atrasos.

Juizados especiais estão sobrecarregados

07 MAR 2012

○ Criados para agilizar, Juizados Especiais demoram até um ano para atender ○ Nova sede desagrada

Os Juizados Especiais, criados há 10 anos para resolver rapidamente problemas judiciais menores, já estão sobrecarregados em Curitiba. "Há cinco anos, a primeira audiência era marcada em 20 dias. Hoje demora quase um ano", conta o advogado Elias Mattar Assad.

O Paraná, mostram os últimos números do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), é terceiro Estado com mais processos pendentes, e o segundo em que os servidores estão mais sobrecarregados (veja gráfico). "São casos de menor potencial ofensivo, mas, para as pessoas simples, é a vida delas", diz Assad.

Podem ser atendidos nos juizados especiais causas cíveis com valor de até 60 salários mínimos, ou casos criminais menores, como ameaças, injúrias ou brigas de vizinhos. De acordo com o CNJ, foram 224 mil casos novos no Paraná apenas no último semestre de 2009.

Para a OAB-PR (Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná), o poder judiciário não acompanhou o aumento do número de processos. "Houve aumen-

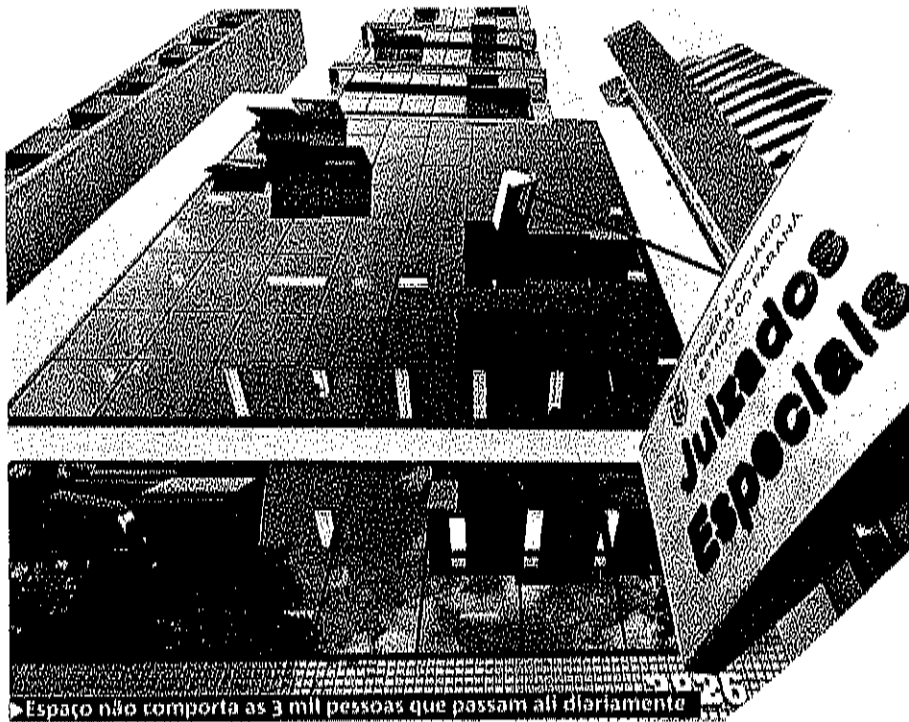
to da demanda e a Justiça tinha que aparelhar", afirma o presidente da ordem, José Lúcio Glomb.

A nova sede do Juizado, no Água Verde, também é alvo de críticas. "As queixas das pessoas que frequentam lá é generalizada. É um espaço muito acanhado. Se a sede continuar lá, a tendência é atrasar os processos", diz Glomb. Procurada, a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Paraná, responsável pelos juizados, não comentou o caso.

METRO

CONTINUAÇÃO

07 MAR 2012



► Espaço não comporta as 3 mil pessoas que passam ali diariamente

Atendimento no Juizado



Ana Navarro

ADVOGADA, 37 ANOS

"O local é impróprio pelo volume de pessoas. As audiências atrasam devido ao volume de processos e as pessoas esperam de pé"



Marcos Lopatiuk

ADVOGADO, 51 ANOS

"Não tem funcionalidade, o espaço é pequeno e gera transtorno. Não tem ventilação e as salas são pequenas"



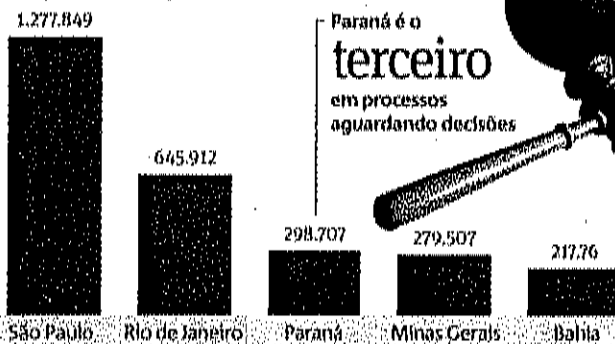
Angela Heyn

PSICÓLOGA, 46 ANOS

"Houve um pouco de atraso, acho que por causa do grande número de processos. Mas os conciliadores tentam resolver aqui, o que é bom"

Distribuição dos Juizados

Casos pendentes, segundo o CNJ

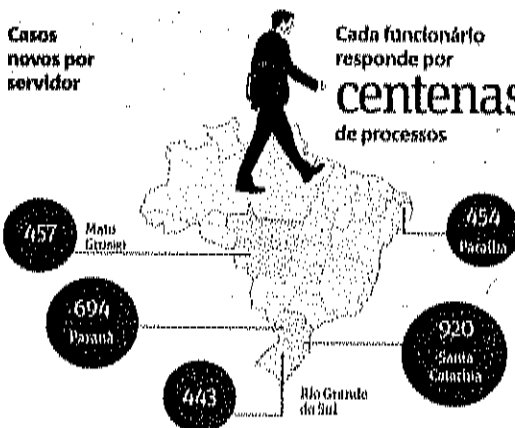


Paraná é o **terceiro** em processos aguardando decisões



Casos novos por servidor

Cada funcionário responde por **centenas** de processos



07 MAR 2012

METRO

Atividade vai abordar a Lei Maria da Penha

Nesta quinta e sexta-feira, as regionais da prefeitura vão receber atividades do Comitê do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Elas incluem palestras sobre

a Lei Maria da Penha, que trata dos direitos da mulher em casos de violência. Haverá ainda abordagem sobre mercado de trabalho e outros temas. ● METRO CURITIBA

Ex-diretor da Assembleia é preso

MAIS UMA VEZ. O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, conhecido como Bibinho, foi preso novamente no final da manhã de ontem, quando estava saindo de um restaurante próximo ao local onde tem escritório, no Centro Cívico. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) pediu a prisão preventiva dele. O entendimento do Ministério Público do Paraná é de que ele estava atrapalhando o andamento do processo no qual é réu e responde na Justiça pelo desvio de R\$ 200 milhões da Assembleia. A prisão preventiva foi decretada pela juíza Ângela Regina Ramina de Lucca, da 9.ª Vara Criminal de Curitiba.

Policiais são afastados por tortura

INVESTIGAÇÃO. Ontem, a Polícia Militar determinou o afastamento de dois policiais militares que teriam torturado um jovem de 19 anos, na semana passada. A PM admitiu que houve "excessos na abordagem", e negou que o caso tenha acontecido na operação de ocupação do Uberaba, mas sim no Cajuru.

Segundo a denúncia apresentada para a OAB, o jovem teria sofrido agressões, choques e ficado preso no porta-malas de uma viatura. Ele foi levado para o 9.º Distrito Policial, e os PMs teriam apresentado uma arma de brinquedo, que seria do jovem, mas ele foi liberado.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 07 MAR 2012

Corregedor-geral da Justiça do Paraná visita CNJ

Des. Noeval de Quadros participou de audiência com ministra Eliana Calmon



Em Brasília, os dois magistrados estiveram em contato com os juízes auxiliares da presidência do CNJ.

Na última quarta-feira (29 de fevereiro), o corregedor-geral da Justiça do Paraná, desembargador Noeval de Quadros e o juiz auxiliar Roberto Negrão estiveram no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília (DF), em uma audiência com a corregedora nacional da Justiça, ministra Eliana Calmon.

O corregedor paranaense levou ao conhecimento da ministra uma série de informações que haviam sido solicitadas referentes às situações de Varas e Comarcas, bem como do andamento de processos disciplinares e concursos públicos, em complemento às informações da inspeção realizada pelo CNJ ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) em novembro de 2011.

A magistrada também foi informada sobre a conclusão da inspeção realizada nas Varas da Fazenda Pública do Foro Central, e as conclusões, das quais resultaram a sugestão de instalação de quatro Varas de Execução Fiscal e duas Varas de Falências, Concordatas e Recuperação Judicial, visando à diminuição do congestionamento de processos, aprovadas em reunião do Órgão Especial.

A ministra se mostrou satisfeita com as providências que o TJPR tem encetado para a melhoria de funcionamento dos serviços judiciários. Além disso, também foram tratadas questões relativas à Corregedoria do Paraná e de corregedorias em geral.

Também em Brasília, os dois magistrados estiveram em

contato com os juízes auxiliares da presidência do CNJ, tratando do tema PJ-e (processo eletrônico), que está em adiantado desenvolvimento, para o processo criminal e execução penal. Os representantes da justiça paranaense informaram aos representantes do CNJ a criação e aprovação, pelo Órgão Especial do TJPR, Coordenadoria de Execução Penal, órgão vinculado à Corregedoria da Justiça, e que tem como objetivo auxiliar os juízes criminais, dando especial atenção à execução de sentença. Esse projeto visa à integração do Judiciário e Executivo, num sistema interligado - Projeto Mãos Amigas -, e numa remodelação do atual sistema de execução da pena.

CONTINUA

07 MAR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

Os magistrados paranaenses também comunicaram aos representantes CNJ a transformação da 3ª Vara de Execução Penal, no Foro Central, exclusivamente para tratar do contingente de sentenciados do sexo feminino. Além da criação da Vara de Execuções Penais, em Piraquara, para atuar com ênfase na Corregedoria dos Presídios.

PIONEIRO

O Paraná é o estado pioneiro na descentralização da execução penal, modelo que agora tem sido seguido por vários outros tribunais, e, com o apoio do CNJ. Os juízes auxiliares do CNJ agradeceram a colaboração do TJPR, que disponibilizou funcionários com formação em análise de sistemas, que têm auxiliado no desenvolvimento de projetos de informática. A calculadora de pena, por exemplo, criada pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) do Paraná, segundo eles, tem sido extremamente valiosa em ações desenvolvidas pelo CNJ em mutirões e correições em outros tribunais. O juiz Roberto Negrão compõe um grupo permanente formado pelo CNJ para desenvolvimento de ações na área penal.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Questões relacionadas
a mulher e o direito são
tema de Simpósio

07 MAR 2012

O Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, será celebrado na OAB Paraná no próximo dia 16 de março, com o evento Simpósio "A Mulher e o Direito". O evento é uma promoção da Comissão da Mulher Advogada da Seccional em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM-PR e com a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ-PR. Durante o sim-

pósio estão previstas palestras com Maria Rafart, Elizabeth Sussekind e Maristela Basso. Também haverá o lançamento do livro "A Mulher e o Direito", organizado pela Comissão da Mulher Advogada, presidida pela advogada Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski. Os interessados em participar do evento devem se inscrever com antecedência pelo site da Seccional. Serão conferidos certificados aos participantes.

TRF4 lança novas ferramentas do e-Proc

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) realizou na tarde (5) de segunda-feira, em Porto Alegre (RS), a palestra "e-Proc v2 para os grandes escritórios". Trata-se de uma apresentação do Sistema do Processo Eletrônico Judicial (e-Proc v2) direcionada para a advocacia privada.

A abertura do evento contou com a presença da presidente do tribunal, desembargadora federal Marga Barth Tessler, e do juiz federal Sérgio Renato Tejada Garcia, presidente da Comissão para Aperfeiçoamento e Viabilização do Processo Judicial Eletrônico no âmbito

da Justiça Federal da 4ª Região. A presidente iniciou a palestra apontando a importância dos profissionais de Direito nesta nova fase do Judiciário e pedindo a colaboração dos advogados para a constante melhoria do sistema. O juiz federal ressaltou que o propósito desta ferramenta é criar um escritório virtual para as sociedades de advogados.

Durante a solenidade, foi apresentado um vídeo institucional sobre o e-Proc, apontando números positivos do processo eletrônico, a funcionalidade e a utilização do sistema pelos órgãos federais.

Ex-diretor da Assembléia é preso novamente

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) confirmou a prisão do ex-diretor-geral da Assembléia Legislativa do Paraná, Abib Miguel, conhecido por Bibinho. Ele foi preso pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (GAECO) no início da tarde desta terça-feira, 6 de março, quando saía de um restaurante localizado próximo a seu escritório, no Centro Cívico. O mandado de prisão preventiva foi determinado pela juíza Ângela Regina Raimina de Lucca, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, a pedido do GAECO, sob alegações de que Bibinho estaria obstruindo a marcha processual, ou seja, atrapalhando o trâmite do processo. O ex-diretor-geral da Alep encontra-se detido na sede do GAECO em Curitiba.

07 MAR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MP-PR firma parceria contra fraudes em combustíveis

O Paraná deu hoje um passo importante no que tange ao combate à sonegação fiscal e às demais fraudes que afetam os consumidores na área de combustíveis. O Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba e do Centro de Apoio de Defesa do Consumidor, assinou nesta segunda-feira, 5 de março, termo de cooperação técnica com o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis (CSQC), entidade que auxilia no aperfeiçoamento desse mercado. Com o convênio, o MP-PR, com participação do GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), passará a coordenar as ações de fiscalização realizadas pela CSQC, além de receber suporte técnico nas investigações relacionadas ao setor de combustíveis.

"São vários os benefícios dessa parceria: mais qualidade e segurança aos produtos e mais tributos que ficam no Estado. Esse setor arrecada muito e a sonegação im-

plica em milhões que deixam de ir para os cofres públicos", afirma o procurador de Justiça Ciro Expedito Scheraiber, coordenador do CAOP do Consumidor. "O grande diferencial desse convênio é que, a partir de agora, as investigações do Ministério Público passam a ter apoio técnico especializado, o que vai garantir uma ação mais efetiva contra os criminosos. O Comitê, em contrapartida, passa a ter o respaldo da instituição para suas ações", diz o promotor de Justiça Maximiliano Ribeiro Deliberador. "Essa soma de forças vai resultar em benefício direto para o consumidor paranaense". Ele conta que na última semana já foram realizadas ações de fiscalização com representantes do GAECO, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor e do CSQC e que o trabalho deve se intensificar em todo o Estado com a formalização do acordo de cooperação.

ENTRE OS PIORES

"O mercado paranaense é tido

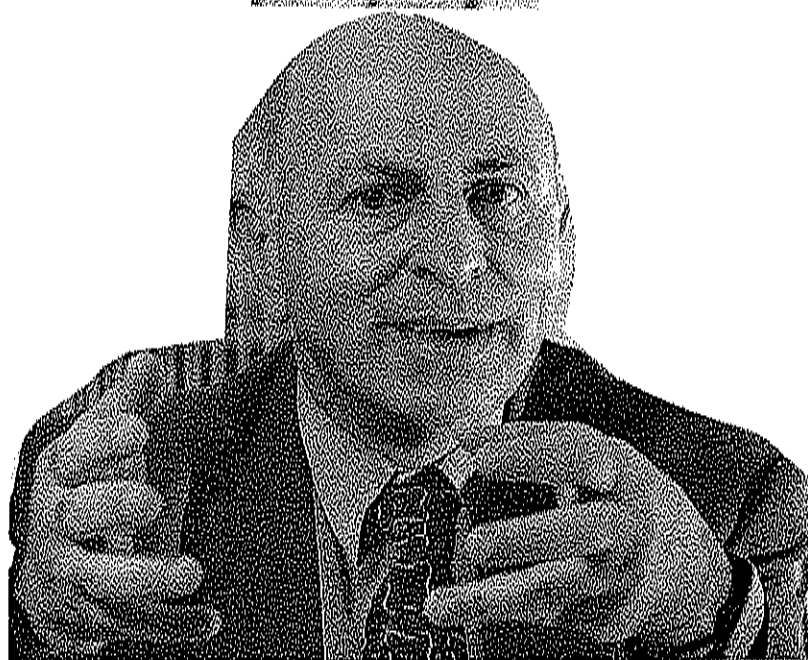
como um dos piores do país em termos de recolhimento de tributos e concorrência desleal entre os agentes econômicos na área de combustíveis, apesar de todos os esforços da atual administração da Secretaria Estadual da Fazenda. Essas graves distorções implicam em sérios prejuízos ao erário e aos consumidores", afirma o presidente do Comitê, Paulo Fernando de Azambuja Boamar. "Essa parceria com o Ministério Público sinaliza que as fraudes serão combatidas de maneira mais eficaz", diz o gerente executivo da entidade, Fabrizzio Machado da Silva. Com sede em Florianópolis (SC), o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis é uma organização não-governamental criada em 1998 para atuar no aperfeiçoamento do mercado de combustíveis e proteção ao consumidor do Sul do país, de modo a tornar disponível no comércio especializado dos combustíveis na região produtos com qualidade e preços em conformidade com as normas vigentes.

FOLHA DE LONDRINA
ELEIÇÃO NO MP

'O MP está no caminho certo'

Candidato afinado com a atual gestão, Giacóia defende investimento pesado em tecnologia

Procurador de Justiça
Gilberto Giacóia



Não tem sentido o sistema que aí está, porque restará a incumbência da escolha do procurador-geral a uma autoridade que poderá ser objeto de investigação

Vai passar essa fase de deslumbramento da sociedade, de namoro com o MP, e vai começar uma fase de cobrança ao MP, de repente questionando o seu custo social

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

07 MAR 2012

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - Candidato da situação, o procurador de Justiça Gilberto Giacóia, um dos três candidatos a chefe máximo do Ministério Público (MP) do Paraná, defende que o MP, nos últimos anos, retomou seu "norte ideológico" e que está no caminho certo de atuação. A declaração de Giacóia diverge da opinião de outro candidato a procurador-geral, o também procurador Mário Sérgio de Albuquerque Schimmer, que afirmou à FOLHA que nos últimos anos a instituição se transformou.

Giacóia já foi procurador-geral, no período de 1998 a 2000, e presidiu o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ), de 1999 a 2000. Como presidente do CNPJ, Giacóia engajou-se no movimento nacional contra a Lei da Mordada, que tentava impor penalidades a procuradores e promotores que entrassem com ação contra políticos motivados por má-fé ou promoção pessoal. Acadêmico, professor da Faculdade de Direito do Norte Pioneiro, Giacóia está, atualmente, na 1ª Procuradoria de Justiça Criminal. Giacóia defende que o MP tenha uma estrutura de assessoramento técnico permanente, para evitar que, quando uma ação maior e que requeira mais aprofundamento apareça, esgote todas as forças da instituição para outras investigações necessárias.

A entrevista com Schimmer foi publicada na edição de segunda-feira da FOLHA. O terceiro candidato na disputa pelo cargo de chefe do MP, o promotor de Ponta Grossa Fuad Faraj, foi procurado pela reportagem, mas preferiu não conceder entrevista sobre as eleições, que ocorrem no próximo dia 14. Abaixo, os principais trechos da conversa com Giacóia:

O que fez o senhor tentar ser reconduzido ao cargo de procurador-geral?

Essa não é uma vontade propriamente. É uma disponibilização. Sempre alimentei esse sonho de Justiça no aspecto de defesa intransigente da liberdade, dos direitos humanos, e quando a gente se coloca a serviço dessa causa, que é apaixonante, nós sempre estamos disponíveis a esta causa. E, no MP, desde jovem, com 22, 23 anos (desde 1980), eu me entreguei a esta causa. Esse perfil correspondia completamente ao meu sonho de paulatina e cadenciada correção das distorções que marcam tão profundamente a história da nossa formação social, caracterizada por um quadro de exclusão, de violência, de desigualdades.

O atual procurador-geral foi eleito tendo como bandeira principal a defesa da criança e do adolescente. Essa bandeira deve permanecer ou o senhor tem uma outra prioridade?

Essa maior identificação do atual procurador-geral com a área da infância e da juventude simboliza algo. Ele contribuiu de maneira decisiva para o aperfeiçoamento legislativo, sendo um dos articuladores políticos de elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa prioridade é essencial e deve prosseguir sempre, porque é o foco onde mais se pode atacar as distorções sociais. É evidente que tem muitas áreas de atuação igualmente importantes. O MP é protagonista de uma agenda pública extraordinária, com um leque diversificado de atribuições. Não podemos abandonar, porém, a nossa gênese, a função para a qual nós nascemos e aí, a atuação criminal do MP. A ele incum-

be o exercício da ação penal pública, que é função privativa do MP, enquanto que nas outras áreas de atuação, a legitimação do MP é uma legitimação concorrente. O MP atuar em todas essas áreas significa também, de certa forma, politizar a sociedade. O que eu vejo como prioridade é que o MP continue a abrir e alargar as portas do Judiciário à sociedade.

Como o senhor avalla o MP hoje e o que precisa ser mudado na instituição?

Nesses últimos anos o MP retoma o seu curso, o seu norte ideológico, está no caminho certo. Vamos continuar investindo e aperfeiçoando, olhando preferencialmente para as populações mais afastadas. Com reforço à estrutura de apoio na área criminal, investindo pesado em equipamentos de tecnologia sofisticada. O combate hoje ao crime requer esse aparelhamento, porque o crime organizado tem uma sofisticada linha de apoio estrutural. Essa modernização na estrutura de assessoramento técnico e tático operacional, permanente, é fundamental na defesa do patrimônio público, no combate à corrupção. Nós avançamos muito, mas devemos avançar mais nos aspectos logísticos e estratégicos, porque quando você realiza uma ação importante, ela praticamente esgota a sua estrutura. Precisamos de equipamentos de tecnologia de última geração, por exemplo, o sistema guardião de interceptação telefônica, de interceptação de sinais em telemática. Nós ainda não adquirimos o sistema sombra, mas estamos em fase final de implantação do laboratório de movimentações bancárias. Além de investimento

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

07 MAR 2012

CONTINUAÇÃO

pesado em equipamentos, precisamos de parcerias com o Ministério da Justiça, com a Secretaria de Segurança Pública. Está prestes a ser inaugurado o laboratório de tecnologias de combate à lavagem do dinheiro, fruto de um convênio com o Ministério da Justiça. Normalmente uma atuação desconectada dessas estratégias nacionais e estaduais de política pública resulta em prejuízo para a sociedade. Atuação na área de gestão penitenciária, o MP tem que interferir nessa questão também.

Para isso, é necessário mudar a estrutura atual, realocar pessoas?

Não. Nós precisamos melhorar a estrutura. E isso está planejado na atual gestão. Temos um planejamento estratégico institucional consubstanciado em um projeto até 2018 que estabelece metas e que está capacitado a quantificar números. Reforço de estrutura na área criminal. Nós devemos ampliar o número de promotores de Justiça, a partir do momento em que dados estatísticos de uma promotoria criminal, por exemplo, levantados por esse setor do planejamento ou pela nossa corregedoria-geral, indicarem essa necessidade. O promotor não dá conta do serviço, a demanda na área criminal está superior às suas forças. Então vamos preferencialmente dotar a promotoria de uma estrutura mais barata que não é de outro promotor, que custa caro, mas de assessor técnico, assessor jurídico e direcionar os próximos cursos públicos para essa área, dos juizados especiais criminais, dos juizados de violência doméstica, de medidas alternativas. Eu posso imaginar uma estrutura ideal, falar em regionalização, pegar uma estrutura fixa, caríssima,

e fixar essa estrutura de combate ao patrimônio público em uma determinada região do Estado, como tem na região de Santo Antônio da Platina, como projeto-piloto. O que se quer é cada vez mais dar transparência, porque vai passar essa fase de deslumbramento da sociedade, de namoro com o MP, enxergando-o como um grande parceiro e vai começar uma fase de cobrança ao MP, de repente questionando o seu custo social.

Como manter relações necessárias com outros poderes que eventualmente serão investigados pelo MP?

Precisamos dirigir um olhar nas relações interinstitucionais de convencimento de que se tratam de relações republicanas. Não somos ilha, vivemos em uma constelação com os outros poderes e precisamos nos interrelacionar de forma respeitosa, harmoniosa. Não se pode confundir interesse pessoal com interesse institucional. Quem conhece bem o meu perfil, sabe que em absoluto isso significa aproximação de comprometimentos. Significa conjugar uma ação firme com um relacionamento cordial. E para isso cito um fato que aconteceu na minha gestão. Com o apoio da procuradoria-geral de Justiça, a Promotoria do Patrimônio Público de Londrina ganhou reconhecimento Internacional. Nós tivemos um prêmio para o MP paranaense da transparência internacional. Creio que é um prêmio inédito no Brasil, de reconhecimento à atuação do MP na área do combate à improbidade administrativa. Teve reflexo nos outros poderes. Recentemente, nós tivemos um prêmio internacional para o combate à corrupção, mas que foi para a imprensa, embora o MP estivesse

se atuando ao lado da imprensa, como sempre fez. Estou fazendo esse paralelo porque o prêmio internacional de reconhecimento ao trabalho durante a minha gestão que o MP realizou nessa área veio para o MP.

Fazendo um paralelo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há necessidade, hoje, de se fortalecer o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para melhorar a fiscalização do órgão?

Eu estava quase deixando a procuradoria-geral, quando o presidente Lula fez uma alusão que foi considerada ofensiva às nossas instituições, especialmente ao Judiciário, que tinha que se abrir essa "caixa-preta". Não havia conselhos ainda. O Judiciário combatia a criação dos conselhos. Eu sou favorável aos conselhos porque não temos nada a esconder, nem podemos ter, porque se chegamos a uma situação de desconfiança pela sociedade a ponto de o presidente da República falar usando a associação com uma "caixa-preta", isso é terrível. Acho que o CNMP tem desempenhado esse papel, feito isso de uma maneira evidentemente supletiva às corregedorias.

CONTINUA

07 MAR 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Qual a opinião do senhor sobre a necessidade de composição de uma lista triplíce na eleição do MP, que deve ser submetida ao governador do Estado?

A vida toda eu defendi a modificação da lei. Como presidente do CNPG, liderei esse movimento que acabou por resultar na apresentação de uma emenda constitucional para modificação do texto. Não tem sentido o sistema que aí está, porque restará a incumbência da escolha do procurador-geral a uma autoridade que poderá ser objeto de investigação. Isso pode gerar um sentimento de desconfiança em relação a esse sistema. Porém, esse é o sistema. O sistema constitucional já representou um avanço significativo em relação ao sistema anterior. Antes, a indicação se dava até para pessoas que poderiam nem estar nos quadros do MP, era uma indicação política mesmo. Nós temos o plano ideal, que é a eleição direta a procurador-geral de Justiça, que sempre foi a minha proposta.

FOLHA DE LONDRINA

Bibinho volta para a prisão a pedido do Gaeco

7 MAR 2012

Ex-diretor geral da Assembleia Legislativa estaria dificultando andamento de processos

Curitiba - O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná Abilio Miguel, o Bibinho, voltou a ser preso no início da tarde de ontem pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em Curitiba. Ele foi preso quando estava em uma sala de um restaurante, próximo ao escritório que Bibinho mantém no Centro Cívico. O mandado de prisão preventiva foi expedido pela juíza Ângela Regina Ramina de Lucca, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, após um pedido feito pelo Gaeco. A alegação para que Bibinho fosse preso novamente foi de que ele estaria obstruindo a marcha processual, ou seja, atrapalhando o trâmite do processo. O ex-diretor-geral da AL foi encaminhado para a sede do Gaeco em Curitiba e, no fim da tarde, transferido para o Centro de Triagem 2, no Complexo Penitenciário de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba.

Os dois processos criminais ao qual Bibinho responde ainda se encontram em fase inicial, quase dois anos depois de terem sido protocolados, de acordo com o coordenador do Gaeco, Leonir Batisti. Enquanto o processo dos demais réus acusados no esquema de desvio de dinheiro da

AL está em fase de alegações finais, fase que precede a sentença judicial, os processos de Bibinho não tiveram mais nenhuma audiência marcada, desde que o ex-diretor-geral alegou problemas de saúde mental, no ano passado. Foram necessários exames no Instituto Médico-Legal para provar que Bibinho tem, sim, condições de responder às acusações. Essa foi mais uma manobra utilizada para atrasar o caso, na avaliação de Batisti.

A defesa de Bibinho rebate. "A única coisa que a defesa fez foi se defender, foi só isso", afirma o advogado Eurílo dos Reis, que critica duramente a ação do Gaeco. A defesa deve entrar hoje com um pedido de habeas corpus para Bibinho no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

Bibinho é acusado de peculato, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e formação de quadrilha. Ele teria sido o comandante do esquema que desviava dinheiro público por meio da contratação de funcionários fantasmas na AL, enquanto ele foi diretor-geral da Casa. Os ex-diretores da AL José Ary Nassif (administrativo) e Cláudio Marques da Silva (pessoal) também foram denunciados.

Ligação com Hermas Brandão,

Imagens do circuito interno de câmeras do prédio em que Bibinho mantém um escritório mostram que, no período em que o ex-diretor da AL afirmou não estar em condições de responder às acusações, ele recebia diversas pessoas no local, normalmente. Entre elas, Bibinho aparece ao lado do ex-presidente da AL e hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Hermas Brandão. As imagens foram mostradas na edição do Paraná TV 2ª edição da Rede Paranaense de Comunicação de ontem à noite.

FOLHA DE LONDRINA

Juiz nega liminar sobre caso Centronic; Barbosa recorre

Loriane Comell
Reportagem Local

Por meio de seus advogados, o prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) está tentando judicialmente anular o relatório final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Centronic, que apontou irregularidades na contratação de dois vigilantes pela emissora de rádio de sua família. Os dois seriam contratados pela Centronic, empresa que prestava serviço de vigilância para o município. A partir do relatório da CEI, um pedido de Comissão Processante (CP), que pode resultar na cassação do mandato do prefeito, está tramitando na Câmara.

Em 6 de fevereiro, Barbosa ajuizou ação, com pedido de liminar, para anular o relatório da CEI. A liminar foi negada em 25 de fevereiro pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Gonçalves. Na última segunda-feira, a defesa protocolou recurso (embargos de declaração) ao próprio juiz, que ainda não foi julgado. "Acreditamos que com as novas informações que fornecemos ao juiz, a tutela será concedida", disse o advogado Vicente de Paula Marques Filho.

A defesa do prefeito alega que a CEI foi composta sem levar em conta os partidos com maior número de representantes no Legislativo, o que estaria em desacordo com os artigos 58 da Constituição Federal e 77 do Regimento Interno da Câmara. Tais dispositivos afirmam que "tanto quanto possível", será observada a representação dos partidos. "Os tribunais têm entendido que o Poder Legislativo é obrigado a acatar a representatividade partidária", defendeu Marques Filho.

A defesa sustenta ainda que a CEI ultrapassou os 180 dias para concluir os trabalhos, e que a comissão não se restringiu ao objeto específico de investigação. "Já no início dos trabalhos, os vereadores da CEI ampliaram muito, muito mesmo, o objeto de investigação, o que não é permitido", disse o advogado.

Para o juiz, não há "prova inequívoca que autorize concluir pela verossimilhança do que foi alegado na petição inicial" e, por isso, negou a liminar. O procurador jurídico da Câmara, Miguel Ângelo Garcia, não foi localizado para comentar a ação movida pelo prefeito.

CLÁUDIO HUMBERTO

Segura, promotor!

O Ministério Público Federal rejeitou punição da corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público contra o promotor Fernando Góes, que foi a uma festa do peão no interior vestido de... peão.

Escola do crime

Os assassinatos cometidos por menores aumentaram 62% no DF, entre 2010 e 2011, diz a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude.

07 MAR 2012

MP vai à Justiça contra cargos da Câmara de Londrina

A Câmara de Londrina vai enfrentar ação judicial porque não teria seguido adequadamente a recomendação do Ministério Público (MP) do Paraná, que pediu no final do ano passado a reorganização dos cargos da Casa para atender ao princípio da proporcionalidade entre servidores efetivos e comissionados. A promotora de Justiça Sandra Koch informou ontem, através de sua assessoria, que "haverá medida judicial porque a Câmara não atendeu a recomendação". Sandra não quis dar mais detalhes da ação.

No início de fevereiro, a procuradoria da Casa apresentou a proposta de criar novos cargos e novos departamentos administrativos, a serem preenchidos com servidores efetivos, sem corte de comissionados. Atualmente são 102 comissionados (sendo 18 em serviços administrativos e 84 nos gabinetes dos vereadores), 56 servidores efetivos, além de 32 terceirizados (que atuam na vigilância, limpeza, fotografia e informática).

Procurado pela FOLHA, o presidente do Legislativo, Gerson Araújo (PSDB), afirmou ter sido "pego de surpresa" e que não poderia comentar a decisão do MP. Ele não soube dizer como está o trabalho da comissão multidisciplinar nomeada para apresentar o estudo que vai embasar os projetos de lei referentes às novas contratações no Legislativo.

07 MAR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Direitos da Infância e Juventude

O Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude, da Universidade de Londrina, promove a ação "NEDDIJ: Viver a Diferença e Praticar a Igualdade", amanhã, das 9 às 13 horas, no Calçadão.

A ideia é aproveitar as comemorações Dia da Mulher (8 de março) para informar a população sobre os direitos da Infância e Juventude, além de prestar orientação jurídica e psicológica a crianças e adolescentes em estado de risco e seus familiares. Serão feitas pré-triagens de crianças que sofrem abusos e atos de violência, além da distribuição de material informativo e gibis com histórias infantis para prevenir atos de violência.

A iniciativa é coordenada pela professora do Departamento de Direito Privado e coordenadora do NEDDIJ, Claudete Carvalho Canezin. O NEDDIJ reúne uma equipe de professores, estagiários e bolsistas da área de Direito e Psicologia. O evento vai acontecer em parceria com a Prefeitura.

Bibinho é preso por atrapalhar o andamento de ação judicial

MP argumenta que ele vem usando manobras jurídicas para adiar seu julgamento.

Ex-diretor da

Assembleia já esteve

detido outras três vezes

Karlos Kohlbach e Kátia Brembatti

■ O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, foi preso novamente ontem acusado, desta vez, de atrapalhar o andamento dos processos a que responde na Justiça. Bibinho é acusado pelo Ministério Público Estadual (MP) pelos crimes de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e, por desvio de dinheiro público da Assembleia. Segundo os promotores, o desvio pode chegar a R\$ 200 milhões. O esquema de corrupção foi revelado pela *Gazeta do Povo* e pela *RPC TV* em 2010 na série de reportagens *Diários Secretos*.

Segundo o MP, Bibinho tem tentado adiar ao máximo o julgamento das ações criminais por meio de recursos jurídicos. A juíza Ângela Regina Ramina de Lucca, da 9.ª Vara Criminal de Curitiba, acatou o pedido dos promotores. "A prisão do denunciado é absolutamente necessária para a conveniência da instrução processual, pois ficou

sobejamente evidenciado que o réu Abib Miguel vem reiteradamente criando obstáculos ao regular o andamento do processo, por meio de medidas de caráter meramente protelatório, para prolongar indefinidamente ou evitar a conclusão do processo", diz um trecho da decisão judicial.

O MP justificou a solicitação de prisão argumentando que Bibinho já pediu, por exemplo, o afastamento da juíza Ângela de Lucca do caso. Não conseguiu. O ex-diretor alegou ainda à Justiça estar sofrendo de distúrbios mentais e que, por isso, não poderia responder aos processos. Advogados dele apresentaram um laudo médico atestando que Bibinho sofria de "distúrbios psicopatológicos dentro das funções mentais".

Diante dessa avaliação médica, a Justiça suspendeu temporariamente o julgamento de Bibinho — até que um laudo oficial, do Instituto Médico Legal (IML), mostrou em novembro do ano passado que o ex-diretor tinha condições mentais de continuar sendo julgado. Contrário ao parecer, os advogados de Bibinho questionaram o laudo do IML e chegaram a pedir a suspensão do julgamento por mais seis meses — o que foi rejeitado.

Além disso, a defesa de Bibinho arrolou no processo 64 testemunhas — muitas moradoras de cidades distantes de Curitiba. Logo em seguida, desistiu dos depoimentos delas. No entendimento do MP, essa foi mais uma manobra protelatória.

Vídeos

No pedido de prisão, o MP anexou uma série de vídeos do circuito interno do prédio em que Bibinho tem um escritório, no Centro Cívico. As imagens, segundo o Ministério Público, revelam que Abib Miguel manteve uma rotina normal de trabalho ao mesmo tempo em que alegava insanidade mental para não responder ao processo. No escritório, ele recebia dezenas de pessoas — inclusive autoridades e outras pessoas envolvidas com o esquema de corrupção na Assembleia denunciado pelos promotores à Justiça (veja reportagem à direita).

Outras imagens a que o MP teve acesso ainda mostravam Bibinho viajando e frequentando restaurantes — o que comprovaria que ele não estava sem condições de responder à Justiça.

CONTINUA

07 MAR 2012

GAZETA DO POVO CONTINUAÇÃO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO

Relembre os principais momentos do escândalo dos Diários Secretos:

2010

15 de março – Série de reportagens da Gazeta do Povo e da RPC TV revela um esquema de desvio de dinheiro dos cofres da Assembleia Legislativa por meio da contratação de funcionários fantasmas e laranjas.

24 de abril – Operação do Ministério Público Estadual (MP) prende dez pessoas, entre elas os então diretores da Assembleia Abílio Miguel, o Bibinho (diretor-geral); José Ary Nassiff (diretor administrativo); e Cláudio Marques da Silva (diretor de pessoal). Bibinho é acusado de chefiar a quadrilha.

3 de maio – MP propõe a primeira ação criminal contra os ex-diretores por formação de quadrilha, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos. No mesmo mês, o MP ajuíza nova ação criminal. Depois disso, os promotores propuseram mais seis ações de improbidade administrativa contra os ex-diretores e contra deputados que ocuparam a presidência e a primeira-secretaria da Assembleia.

11 de junho – Beneficiado por uma liminar do STF, Bibinho e os outros dois ex-diretores da Assembleia deixam a prisão.

26 de agosto – O Supremo Tribunal Federal (STF) volta atrás e anula decisão que colocou Bibinho, Nassiff e Marques da Silva em liberdade.

8 de novembro – Por se tratar de acusado preso, o trâmite judicial é acelerado. Começa o julgamento do primeiro processo criminal ajuizado contra Bibinho e os ex-diretores por causa da contratação de funcionários fantasmas e laranjas.

18 de dezembro – Bibinho deixa a prisão, beneficiado por uma decisão do Supremo.

2011

29 de agosto – Advogados de Bibinho ganham na Justiça a suspensão dos dois processos criminais contra Bibinho, alegando que seu cliente sofre de distúrbios psiquiátricos. A decisão judicial dá prazo de 45 dias para a elaboração de um laudo oficial sobre a saúde mental de Bibinho.

11 de novembro – Perícia médica feita pelo Instituto Médico Legal (IML) mostra que Bibinho apresenta quadro depressivo, mas que tem condições de comparecer às audiências e responder às acusações de desvio de dinheiro público, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

2012

6 de março – Bibinho é preso novamente. Desta vez, sob a acusação de atrapalhar o processo judicial.

Prisão

Bibinho foi detido ontem ao sair de um restaurante no Centro Cívico, em Curitiba, pouco depois do meio-dia. Foi levado para a sede do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), no Ahú. Depois, foi encaminhado para o Centro de Triagem II, em Piraquara, na Grande Curitiba.

Diferentemente das outras três vezes que foi preso, em 2010, Bibinho não ficará detido no quartel da Polícia Militar – direito garantido aos advogados. Isso porque, segundo o MP, apesar de Bibinho ser advogado, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) garante o benefício para os profissionais do Direito presos somente no exercício da profissão, o que não é o caso de Abílio Miguel.

Bibinho está sozinho numa cela do Centro de Triagem, que tem hoje 1.426 presos. O local dispõe de água quente e energia elétrica, é a mesma cela onde ficou o ex-deputado estadual Carlos Simões – que esteve detido em janeiro deste ano por não ter sido encontrado por oficiais de Justiça para responder a um processo por desvio de dinheiro público.

CONTINUA

Vídeos mostram que conselheiro do TC visitou ex-diretor

07 MAR 2012



Bibinho e Hermas (dir.): "Não vejo maldade nisso", diz ex-deputado.

Abib Miguel é muito visitado no escritório que mantém em um edifício no Centro Cívico, em Curitiba. Imagens do sistema de segurança do prédio foram requisitadas pelo Ministério Público (MP) justamente para provar que Bibinho mantinha uma rotina normal, mesmo alegando estar com distúrbios psiquiátricos. A Gazeta do Povo teve acesso aos vídeos. As imagens mostram a presença constante de Cláudio Marques da Silva e José Ari Nassiff, ex-diretores da Assembleia Legislativa, no escritório de Bibinho. Quem também frequentou o local, ao menos uma vez, em 26 de setembro do ano passado, foi o ex-presidente da Assembleia Hermas Brandão — hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná. A visita durou quase uma hora, das 14h17 às 15h01.

Procurado pela Gazeta do Povo, Hermas disse que não estava sabendo da prisão do "amigo". "Eu visitei ele numa ocasião, mesmo. Ele é meu amigo e eu não vejo maldade nenhuma nisso", disse o conselheiro. "Não conversamos nada sobre processo. Só futildades. Veja, eu sou conhecido dele e ele me conhece há mais de 40 anos. Não é porque ele está respondendo processo que eu vou deixar de falar com ele. Tudo está na Justiça e temos que aguardar. Cada um tem que responder pelos seus atos", declarou o ex-deputado. Em entrevista à RPC TV, Hermas disse que, quando esteve no escritório, considerou que Abib Miguel estava normal e não

aparentava sofrer de problemas psiquiátricos.

Já o advogado Marden Maues, que defende Cláudio Marques da Silva, disse não ver problema em acusados de um processo manterem contato frequente. "O que não pode é a relação com testemunhas." Segundo Maues, o Supremo Tribunal Federal já decidiu, inclusive, que não há ilegalidade em acusados elaborarem conjuntamente a mesma tese de defesa. O advogado confirma também que esteve algumas vezes no escritório do ex-diretor-geral da Assembleia.

A reportagem tentou contactar Nassiff ou algum advogado dele. Mas não conseguiu localizá-los.

Peça-chave

Peça-chave nas denúncias contra Bibinho por ter prestado depoimento contando detalhes de como funcionava o esquema de desvio de recursos na Assembleia, o contador Douglas Bastos Pequeno também aparece várias vezes nas imagens do corredor que leva ao escritório de Abib Miguel.

Bastos Pequeno declarou que Bibinho ficava com vários cartões e senhas de contas bancárias de funcionários fantasmas. Segundo o MP, 16 parentes do contador tiveram cargos na Assembleia, sendo que nenhum de fato cumpria expediente na Casa. Na época do depoimento, no ano passado, Pequeno disse que não tinha mais contato com o ex-diretor e que tinha medo dele. A reportagem não conseguiu contato com ele ou com seus advogados.

07 MAR 2012

GAZETA DO POVO

DEFESA

CONTINUAÇÃO

"A prisão dele é abusiva", diz advogado de Abib Miguel

O advogado Eurolino Sechinel Reis – que defende Abib Miguel, o Bibinho – considerou "abusiva" a prisão do ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná. Reis deve entrar hoje com um pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) para reverter a prisão de Bibinho. O advogado afirmou que Abib Miguel só deve se manifestar sobre as acusações em juízo.

"Meu cliente não mudou de endereço e sempre esteve à disposição da Justiça. A prisão dele é abusiva", disse o advogado ontem logo depois de se reunir com Bibinho, ainda na sede do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), um braço do Ministério Público, antes de ser levado para o Centro de Triagem II, em Piraquara. Reis afirmou que

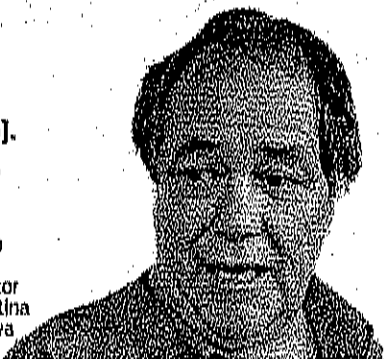
Bibinho estava indignado com os fundamentos da prisão.

O advogado disse ter contado a Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná para garantir ao cliente a prisão em uma unidade militar e não na carceragem do Centro de Triagem, conforme prevê o regimento da OAB. "Meu cliente é advogado. Portanto, deveria ficar detido no quartel da Polícia Militar", disse. "O direito dele, mais uma vez, foi violado."

Sobre as imagens que mostram Bibinho se encontrando com diversas pessoas no período em que ele alegava distúrbios mentais, Eurolino Reis afirmou que as visitas "fazem bem para a recuperação dele" num quadro de debilidade mental. "Receber visitas é um direito dele. Ele está proibido disso?", questionou. **(KK)**

"Receber visitas [no escritório] é um direito dele [Bibinho]. Ele está proibido disso?"

Eurolino Reis, advogado de Abib Miguel, comentando sobre a acusação do MP de que o ex-diretor da Assembleia mantinha uma rotina normal no período em que alegava distúrbios psiquiátricos.



07 MAR 2012

GAZETA DO POVO

GUILHERME DE SALLES GONÇALVES

A inelegibilidade e a democracia

Com as novas decisões, deve haver uma radical diminuição do número de possíveis candidatos e uma verdadeira criação de hipótese controversa de inelegibilidade

Dando seguimento ao processo de judicialização da política — reflexo, de um lado, da demora do Congresso em fazer uma reforma política integral e, de outro, avançando na ideia de que impedir alguém de disputar eleições não é punição, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ressuscitou uma norma restritiva de candidaturas que já havia tentado aplicar para as eleições de 2008: se o que pretende se candidatar já tiver sido candidato, apenas aqueles que tiveram suas contas de campanha aprovadas (e não apenas prestadas) obterão a certidão de quitação eleitoral, que é documento indispensável para o registro da candidatura.

Dessa forma, aquele que pretender se candidatar em 2012 e já tiver sido candidato antes, além das condições tradicionais de elegibilidade (como filiação partidária, escolha em convenção e pleno gozo dos direitos políticos), e se não tiver sido atingido pelas novas hipóteses de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa, agora ainda precisa que suas contas de campanha eleitoral tenham sido aprovadas nas eleições de 2010 e de 2008.

Com as novas decisões, deve haver uma radical diminuição do número de possíveis candidatos e uma verdadeira criação de hipótese controversa de inelegibilidade, posto que se decidiu que essas rejeições de contas serão verificadas caso a caso. Ou seja, a probabilidade de vivermos a mesma insegurança que notabilizou o pleito de 2008, no qual várias eleições ainda permaneceram *sub judice*, em face de problemas de registro de candidatos, por muito tempo após realizado o pleito, é praticamente certa. No Paraná até hoje existem eleições disputadas em 2008 indefinidas, com recursos ainda tramitando no TSE, por causa de processos envolvendo registro de candidatos.

A decisão do TSE foi bastante polêmica, tomada pela restrita maioria de 4 votos contra 3, sobretudo porque os ministros que divergiram revelaram, com toda razão, que essa decisão confrontava texto literal da própria Lei Eleitoral. A Lei 9.504/97 só exigia a apresentação de contas pelo candidato, e não a sua aprovação, para a expedição da quitação eleitoral — foi assim que ela valeu em 2010. Até porque um dispositivo foi feito jus-

tamente para resolver a crise decorrente dessa exigência em 2008 — esse foi o argumento principal dos ministros que divergiram. Entretanto, a maioria entendeu que não haveria lógica em equiparar contas rejeitadas a contas aprovadas; e assim mais uma hipótese de inelegibilidade ficou criada, cabendo a Justiça Eleitoral “interpretar” desde quando a rejeição de contas implica inelegibilidade e se o fundamento da rejeição de contas anterior é relevante para impedir o registro.

A redução do universo de candidatos que podem disputar uma eleição é algo que, a rigor, não se coaduna com um conceito abrangente de democracia — ainda que muito respeitável e constitucional o argumento de que deve se exigir vida progressiva idônea como condição para ser candidato, mas a própria Constituição exige lei complementar específica, aprovada um ano antes da eleição, para que isso ocorra. Porém apenas ao eleitor deveria caber esse papel de rejeitar aqueles imprestáveis para a vida pública. Ao se ampliar hipóteses de impedimento de candidatura, em última análise, se está reduzindo as opções de escolha do eleitor. E isso não parece ser essencialmente democrático, ainda que em nome de valores e princípios relevantes.

No caso da rejeição de contas, o fato de o TSE ter avançado contra a letra da lei cria um ambiente de profunda insegurança jurídica, mesmo que em nome de valores e princípios defensáveis. Veja-se que se atribuiu um novo efeito às decisões que já foram tomadas, impedindo os por ela atingidos de reagir, posto que os processos de prestação de contas já estão todos julgados. E, pior, quando os agora atingidos estavam com esses processos em curso, a literalidade da lei só lhes exigia a apresentação das contas para que permanecessem com seus direitos políticos integralmente válidos. Agora estão inelegíveis, e nada mais podem fazer a não ser desistir do direito de participar do processo democrático, ou enfrentar desgastante processo judicial.

A menos de um ano da disputa eleitoral, mudam-se as regras do jogo democrático, mesmo que em nome de princípios e valores republicanos. Tal decisão implica contrariedade ao pujante processo de amadurecimento democrático da cidadania que acompanha o avanço econômico e social do nosso país. É preciso confiar mais no eleitor, e não demonizar tanto a classe política, para termos mais democracia.

Guilherme de Salles Gonçalves, advogado, professor de Direito Eleitoral, é presidente do conselho consultivo do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral.

GAZETA DO POVO

RUBENS BUENO 07 MAR 2012

O foro privilegiado precisa acabar

O foro privilegiado agride a democracia e seu princípio de que todos somos iguais perante a lei

A ineficiência dos tribunais superiores em julgar os réus com foro privilegiado no Brasil já seria um bom motivo para propor a extinção desse mecanismo, que beneficia deputados, governadores, juízes e outras autoridades dos Três Poderes.

Como se sabe, ao contrário da maioria dos eleitores, nós deputados, por exemplo, temos o direito de sermos julgados, quando processados, em instâncias superiores. Uma regalia, sem mais nem menos. Ou seja: há os cidadãos de primeira e os de segunda classe. De acordo com levantamentos publicados nos últimos anos, inquéritos que tiveram políticos brasileiros como alvo nos últimos tempos demoraram mais do que o normal para chegar a uma conclusão.

Processos abertos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) se arrastam há mais de dez anos, indefinidos. Muitos deles prescreveram.

Diante dos fatos (ou da falta de fatos, vide a não conclusão dos inquéritos), eu e meu partido, o PPS, estamos iniciando a busca das assinaturas necessárias para fazer tramitar na Câmara uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) a fim de extinguir o foro privilegiado para parlamentares e outras autoridades.

A proposta suprimirá e vai alterar diversos incisos da Constituição que estabelecem quais categorias, entre elas os políticos, têm direito a julgamento apenas em instâncias superiores.

Acreditamos que o bom combate contra o foro privilegiado não nasce apenas dessa discrepância cronológica entre o ajuizamento de uma ação e a decisão judicial dela resultante. O foro privilegiado agride a democracia e seu

princípio de que todos somos iguais perante a lei.

Lembremos que esse foro especial foi incluído em nossa Constituição por um regime de exceção. Trata-se de mais uma página do entulho da ditadura militar, que nós temos de virar no país. Na democracia moderna não pode existir esse tipo de privilégio, estejam os tribunais aptos ou não para decidir em tempo razoável sobre as ações que tramitam contra as autoridades privilegiadas.

Pois não existem motivos para que um político eleito pelo povo seja ele agraciado com benefícios que o distinguirão do eleitor, não importando aqui o tipo de privilégio. Ao contrário, a igualdade de direitos e deveres entre eleito e eleitor deve ser uma das bases do ambiente democrático. Neste sentido, o foro privilegiado transgride a noção, mais elementar da democracia: a de que somos iguais na eleição de representantes e igualmente responsáveis pela sua manutenção.

Não existem motivos para que um político eleito pelo povo seja ele agraciado com benefícios que o distinguirão do eleitor, não importando aqui o tipo de privilégio

No caso dos magistrados, o argumento é o mesmo. A lei deve ser igual para todos, inclusive — e talvez principalmente — para os juízes. Não pode haver privilégios em um Estado Democrático de Direito. Se um juiz está sendo acusado de cometer um crime comum, ele deve ser julgado pelas mesmas instâncias que um cidadão comum. Por isso, o foro privilegiado precisa acabar.

Rubens Bueno é deputado federal pelo PPS do Paraná.

O "descuido" dos magistrados do TJ-SP

O repórter Flavio Ferreira mostrou que, nos últimos dez anos, desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo receberam seus atrasados acrescidos de juros de 1% ao mês. A taxa deveria ter sido de 0,5%. Dias depois o presidente da corte, Ivan Sartori, disse que isso aconteceu porque "o tribunal, simplesmente, por descuido, deixou de rever essa forma de correção (os juros de 1%) quando vieram leis específicas da Fazenda".

Descuido? Com juros compostos não se brinca. Conta lenda que em 1676 os holandeses compraram a ilha de Manhattan aos índios pelo equivalente a 24 dólares. A juros compostos de 7,4% anuais, hoje esse dinheiro seria suficiente para comprar todo o patrimônio imobiliário da ilha.

As cifras recebidas por 29 desembargadores paulistas investigados porque teriam furado a fila de acesso às indenizações sempre soaram esquisitas. Um milhão para cá, R\$ 500 mil para lá. Os magistrados tinham direito ao dinheiro. Afinal, em 2000, o auxílio-moradia dado aos parlamentares foi estendido aos juízes e, oito anos depois, foi reconhecido um crédito retroativo para período de

setembro de 1994 a dezembro de 1997. O auxílio-moradia para desembargadores que viviam e trabalhavam em São Paulo ficou entre R\$ 2.500 e R\$ 3 mil mensais.

Num exemplo hipotético, com juros de 0,5% ao mês, uma pessoa que fosse indenizada por quantias idênticas, pelo mesmo período de 40 meses, num cálculo feito ao final de dezembro de 2010, receberia entre R\$ 244.644,31 e R\$ 293.573,17. Se os juros fossem de 1%, a fatura ficaria entre R\$ 597.860,10 e R\$ 717.432,12.

A teoria do "descuido" é pobre. Não foi um erro de conta. Se fosse, teria ocorrido "simplesmente" um constrangedor e bondoso equívoco. Foi uma transgressão. As "leis específicas da Fazenda" mandavam uma coisa — juros de 0,5% — e o tribunal distribuiu o dobro. Se a lei fixa uma taxa e os desembargadores usufruem de outra, abala-se a confiança que a patuleia deposita em suas sentenças.

Vá lá que todos os desembargadores vissem no estacionamento da corte o Porsche Cayenne do presidente do Tribunal que autorizou esses pagamentos. Vá lá que se desse aos desembargadores que vieram da advocacia privada o direito de receber licenças-prêmio da

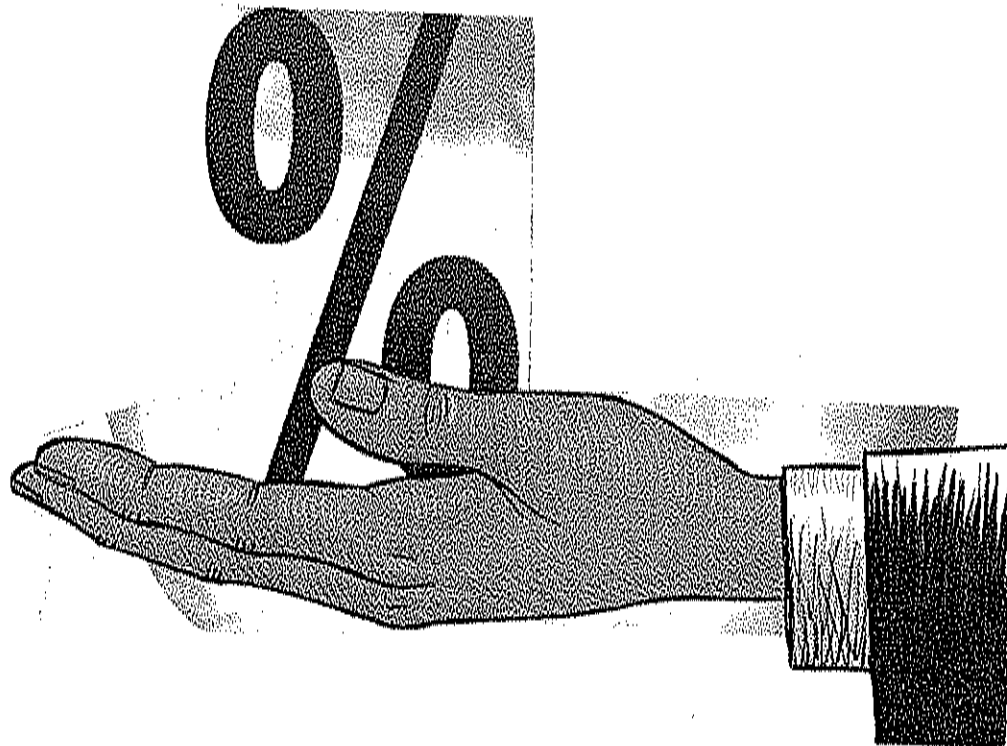
Viúva pelo tempo em que trabalhavam em bancas particulares. Vá lá que, por necessidades especiais, 29 afortunados passassem à frente dos outros 324 magistrados. Vá lá que entre essas necessidades estivesse a reforma de um apartamento inundado pela chuva, esquisito, porém legal; juros dobrados, não.

Não custa repetir o ensinamento do juiz Louis Brandeis: "A luz do sol é melhor desinfetante." O Tribunal de Justiça de São Paulo precisa divulgar todos os nomes, cifras e cálculos que guarda consigo. Fazendo isso, o Judiciário será o maior beneficiado. Do jeito que estão as coisas, arrisca-se um pesadelo: um dia, desembargador deixar de ser título, tornando-se adjetivo.

Erros:

1) Ophir Cavalcante, presidente da OAB, é procurador licenciado do Estado do Pará. Ele não integra o quadro do Ministério Público paraense.

2) Raymundo Faoro não era presidente da OAB ao tempo da campanha das Diretas Já. A essa época a instituição estava a cargo de Mário Sérgio Duarte Garcia. Faoro presidiu a Ordem de 1977 a 1979.



GAZETA DO POVO

ROGÉRIO GALINDO

O garoto Ismael 07 MAR 2012 e a Comissão da Verdade

É tarde para chorar sobre a Lei da Anistia. Resta pelo menos apurar o que aconteceu dentro de cada DOI, de cada Dops, e revelar à sociedade quem cometeu crimes em nome do Estado.

O fato de o menino Ismael Ferreira da Conceição ter sido chutado, espancado e de ter levado choques por policiais militares tem uma relação direta com a falta de investigação dos crimes cometidos por autoridades durante a ditadura militar. No fundo, os policiais que estrangularam o garoto Ismael e que puseram um saco plástico sobre seu rosto para que ele não conseguisse respirar estão autorizados a pensar que vão ficar impunes, não importa a barbárie que cometerem.

"O momento final da ditadura militar foi uma oportunidade que o país teve para dizer que não seria mais permissivo com esse tipo de atitude", afirma a jornalista Teresa Urban, ela própria vítima de tortura na época da ditadura militar. "O que é preciso entender é que a tortura desse menino, que só estava andando de bicicleta, não tem nenhuma diferença para a tortura da presidente Dilma. O país tem de mostrar que não aceita isso e ponto final", diz.

O instrumento disponível hoje para deixar claro o recado a toda a sociedade é a Comissão da Verdade. É tarde para chorar sobre a Lei da Anistia. Resta pelo menos apurar o que aconteceu dentro de cada DOI, de cada Dops, e revelar à sociedade quem cometeu crimes em nome do Estado. Só assim os PMs, os delegados e todas as outras autoridades hesitarão antes de fazer de novo o que se fez com Ismael em Curitiba.

A chladeira dos militares em relação à comissão é sinal de que eles próprios estavam acostumados com a ideia de que existem pessoas intocáveis no país. E conforme a investigação andar, é de se imaginar que rea-

jam ainda com mais força. O direito a espedalar, claro, é garantido. Mas o país tem o dever de esclarecer os crimes, até para dizer nitidamente que não aceitará novos golpistas nem novos torturadores.

No próximo dia 29, por exemplo, o Clube Militar agendou um seminário para marcar os 48 anos do golpe de Estado. O título do evento será "1964: a verdade". Eis as opiniões dos três convidados que revelarão suas verdades:

Aristóteles Drummond diz que o golpe foi a salvação nacional e que, em vez de tortura, "deveriam falar e na austeridade dos governantes de então e no progresso do Brasil".

Heitor de Paola afirma que os governantes que querem a Comissão da Verdade são "implacáveis, cretinos, indecentes, parciais".

O general Luiz Eduardo

Rocha Paiva relativiza tudo em relação a 1964. Diz não saber se houve tortura, finge duvidar de que foram os militares que armaram a bomba no Rio Centro e que nada foi como se sabe hoje. "Quem pode dizer o que aconteceu?", pergunta, irônico.

É exatamente para evitar essa ironia, essa relativização do sofrimento humano e de crimes cometidos pelo Estado que a Comissão da Verdade é necessária. Sem ela, em poucos anos será possível fingir que nada ocorreu. E, se os crimes foram anistiados, não quer dizer que tenham de ser esquecidos.

Se não se fizer nada, a Lei da Anistia não vai ter apenas perdoado os abusos pós-64. Vai ter mostrado que qualquer crime imperdoável no Brasil se tornou perdoável. Exceto, é claro, o fato de nascer preto e pobre, como fez o garoto Ismael do Uberaba.



"O que é preciso entender é que a tortura desse menino, que só estava andando de bicicleta, não tem nenhuma diferença para a tortura da presidente Dilma"

Teresa Urban, jornalista

07 MAR 2012

GAZETA DO POVO

TORTURAN QUBERABA

Investigação só dentro da polícia

PAZ TEM VOZ

paztunvoz.com.br

Denúncia de agressão
contra o pedreiro
Ismael da Conceição
resulta na abertura de
inquérito interno na
PM. Processo vai durar
40 dias

Osny Tavares

A investigação interna da Polícia Militar é, até o momento, o único processo aberto contra os responsáveis por torturar o servente de pedreiro Ismael da Conceição, de 19 anos, morador do Uberaba — bairro de Curitiba que está ocupado por forças de segurança desde quinta-feira passada. No último sábado, segundo Ismael, dois policiais prenderam e torturaram o jovem, após supostamente confundido com um assaltante.

Na segunda-feira, a seção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) denunciou a má conduta, que ocorreu dois dias após a instalação da Unidade do Paraná Seguro (UPS). Ontem, a Gazeta do Povo publicou com exclusividade o relato da vítima, familiares e amigos, com detalhes sobre como ocorreu a tortura.

Ainda na segunda, o caso foi encaminhado pela OAB-PR à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), que em seguida o repassou para a Secretaria da Segurança Pública (Sesp), que, por sua vez, ordenou a instauração de um inquérito policial militar. No mesmo dia, dois policiais militares foram afastados das funções de rua por suspeita de envolvimento na sessão de tortura. O prazo para a conclusão da investigação é de 40 dias.

A OAB-PR afirma que segue acompanhando o caso. "Passamos a questão para o Estado, então não compete mais a nós", ressaltou Isabel Mendes, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem. O Ministério Público estadual, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que acompanha a distância os acontecimentos.

Envolvidos

O principal questionamento está na quantidade de policiais envolvidos na sessão de tortura. Os dois PMs afastados faziam parte do destacamento do Cajuru. Foram eles que primeiramente abordaram e prenderam Ismael. Entretanto, dezenas de testemunhas viram outros policiais durante a revista na casa do jovem, no Uberaba, feita sem mandado judicial. Durante os espancamentos, Ismael pode diferenciar no mínimo cinco agressores.

"Se falarmos alguma coisa podemos comprometer o anda-

Denuncie

O cidadão que é vítima de tortura pode denunciar o fato para a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná. Contato pelo telefone (41) 3250-5700. Também é possível fazer a denúncia no Ministério Público do Paraná no (41) 3016-8693 e na Secretaria Nacional de Direitos Humanos, pelo Disque 100, além de órgãos de defesa dos direitos humanos nas esferas federal, estadual e municipal e organizações não governamentais.

mento do inquérito, mas estamos na busca para saber o que ocorreu", diz o major Antônio Zanata Neto, porta-voz da PM. Outra situação é o fato de os policiais não fazerem parte da UPS, mas terem entrado na área onde, supostamente, apenas integrantes da operação são autorizados a atuar.

O deputado estadual Tadeu Veneri (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, quer que a PM agilize a investigação. "Esse prazo de 40 dias é muito elástico para uma situação tão urgente", critica. Segundo ele, o Estado deve indenizar a vítima, bem como fornecer apoio psicológico e profissional ao rapaz. "A violência cometida por agente público é muito mais danosa. Esse caso põe em risco toda a credibilidade da UPS."

CONTINUA

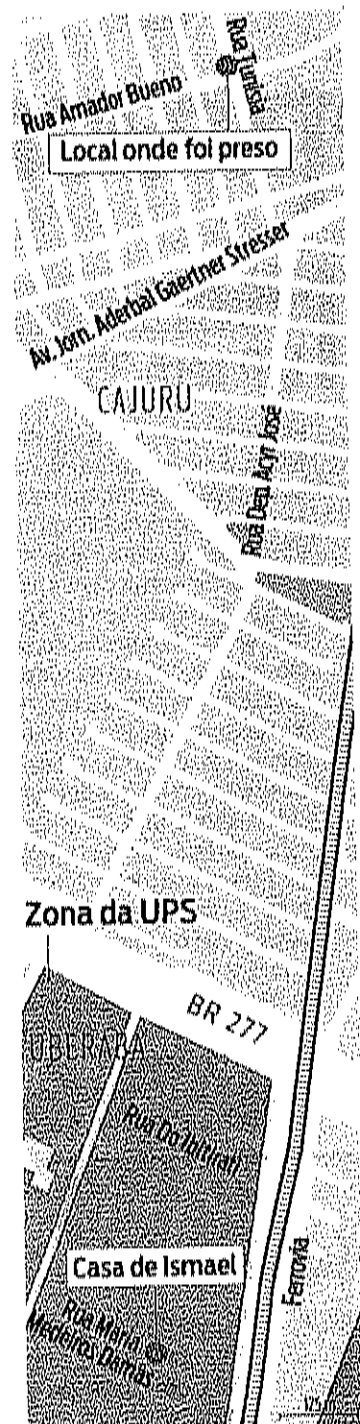
Violência policial no país está enraizada

Fernanda Trisotto

CONTINUAÇÃO

FORA DE JURISDIÇÃO

Saiba como ocorreu a abordagem da Polícia Militar ao servente Ismael da Conceição, de 19 anos, no último sábado, que resultou na denúncia de agressão e tortura:



17h

Ismael, que mora dentro da área abrangida pela Unidade do Paraná Seguro (UPS), no Uberaba, sai de casa de bicicleta para se encontrar com amigos.

17h10

Fora da área da UPS, o jovem é interceptado por policiais militares destacados para patrulhar o Cajuru. É agredido e preso.

17h20

Os policiais vão até a casa de Ismael com a intenção de fazer uma busca por armas. Com isso, invadem a área da UPS, que é restrita a policiais que fazem parte da operação especial.

PERGUNTAS SEM RESPOSTA

- Como os policiais do Cajuru entraram na área da UPS, altamente policiada, sem despertar a atenção do comando do policiamento?
- Quem eram os outros policiais participantes da invasão à casa de Ismael, testemunhada por dezenas de vizinhos?
- Onde era a construção em que Ismael foi torturado? Faz parte da estrutura física da polícia?
- Qual é a procedência dos aparelhos de choque usados?
- Por que apenas dois policiais foram afastados se a denúncia fala em cinco homens?

O caso do servente Ismael da Conceição deixou evidente que a tortura, por mais que cause repulsa, ainda é uma prática comum no Brasil. Para a cientista política e pesquisadora da Unicamp, Glenda Mezarobba, a violência faz parte da história brasileira de maneira muito específica. "A violência é constitutiva da nossa história. Desde a colonização, contra as populações indígenas, passando pela época da escravidão até o Estado Novo e a ditadura militar. No caso desse rapaz, havia dois estigmas: o fato de ser uma pessoa de baixa renda e negro", analisa.

Na opinião da professora, a compreensão da democracia deve ser encarada como o início de uma mudança de comportamento da polícia, já que neste sistema a sociedade e o poder público devem ter a capacidade de resolver seus problemas pelo diálogo. "Contribui muito para essa violência o fato da impunidade e de não se responsabilizar agentes torturadores", argumenta.

A crença de que um criminoso só confessa sob pressão continua impregnada na cultura policial. "Aos poucos, a polícia vai abandonando isso, mas o processo é mais lento do que gostaríamos", pondera o pesquisador Guaracy Mingardi, da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, e que já foi policial e subsecretário nacional de Segurança Pública.

Ele explica que há dois tipos de tortura que tradicionalmente a polícia usa. Um tem a ver com espancamento, normalmente feito na rua ou em viatura, que serve de intimidação para conseguir uma informação rápida. Outro tipo, que está caindo em desuso, é a prática durante investigações, onde se mantém um suspeito preso até obter uma confissão ou outro tipo de informação relevante. "Essa tortura operacional, que

ainda ocorre com razoável frequência, é mais difícil de se controlar, porque normalmente acontece na rua, com um agente sozinho ou com amigos. Em muitos casos, o agressor fica impune", analisa.

Para o professor, a violência empregada por uma corporação pode identificar outros problemas, como a corrupção. "Sempre houve uma ligação muito grande, especialmente nos períodos com mais casos de tortura, entre tortura e corrupção. O método era usado porque, para poder extorquir alguém ou tirar alguma vantagem, era preciso ter uma confissão. É preciso tomar cuidado porque a polícia mais violenta é mais corrupta".

Histeria e apoio

Na opinião do professor de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e membro do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos André Giambardino, o medo exagerado e a histeria acabam dando suporte para que o Estado cometa esse tipo de violência. "É essencial que a população não apole esse tipo de violência e que, isso pode acontecer com qualquer pessoa", diz.

"A tortura só pode ser efetivamente combatida pela decisão política de todos, comunidade e autoridades. É preciso um processo de educação para combater isso. Além disso, enquanto a polícia não for aparelhada e qualificada para o combate ao crime, é loucura falar em combate a tortura", diz Narciso Pires, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais no Paraná.

Pessoas reclamam de abordagens truculentas

Angelica Pavretto,
especial para a Gazeta do Povo

Seis dias depois da ocupação no Uberaba, algumas situações de abuso de poder têm incomodado comerciantes e moradores. Segundo a comunidade, em vez de cumprirem o papel para o qual foram designados, que é conter o tráfico e os homicídios, os policiais têm agido de forma truculenta na abordagem, assustando a todos.

Dorival Antônio de Oliveira, de 47 anos, conta que na manhã do último domingo, enquanto tirava o carro da garagem, foi abordado por um grupo de policiais armados que o recriminavam dizendo ser proibido por lei estacionar na calçada. "Eles chegaram gritando e me chamando de favelado. Disseram que iriam me multar e eu comecei a reclamar. Outra viatura passou e da mesma forma grosseira, vieram tirando satisfações."

Para um comerciante que pediu para não se identificar, essa atitude parece mais uma questão de falta de treinamento e de preconceito dos policiais. Ele, que mora no bairro do Batel e tem um comércio no Uberaba há seis anos, diz que não entende essa diferença no tratamento. "Aqui tem gente de bem e trabalhadora. Os policiais andam de carro e em grupos fazendo essa barbaridade. Eu não admito uma ação que venha para proteger e no fim traz medo".

Repercussão

A tortura cometida contra Ismael da Conceição repercutiu negativamente entre os moradores. Apesar disso, eles entendem que, tanto a agressão ao servente quanto as abordagens truculentas, são fatos

FONE 181

PM orienta população a denunciar

O porta-voz da PM, major Antônio Zanatta Neto, orienta os moradores a denunciar qualquer caso de abuso. "As pessoas podem ligar no número 181 e dar as características desses PMs. Se possível informar até o número da viatura para que possamos prendê-los", afirma.

O major lembra que a identidade do cidadão é preservada e que por isso não há o que temer. Ele se diz surpreso com os relatos dos moradores. Para a ação de pacificação do Uberaba, especificamente, os policiais participaram durante uma semana de treinamentos na Academia do Guatupê. "Eles foram orientados a serem cordiais e agirem de forma humana com a população. No domingo mesmo, fizemos uma ambientação para conhecer melhor os moradores." (AF)

isolados e que nem todos os policiais presentes agem dessa forma. "Em geral a polícia tem sido gentil, mas há esses que estragam", conta uma moradora, também pedindo anonimato.

Para Altair Góes, líder comunitário do Jardim União, a entrada da polícia foi ótima e a população aprovou a ação. Entretanto, conta que após a saída de uma parte do primeiro grupo, as coisas mudaram. "Parece que o sucesso subiu a cabeça e eles ficaram folgados."

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

Regras eleitorais

O Poder Judiciário tem atuado de modo a fomentar a moralidade no meio político eleitoral. Porém não vejo com bons olhos as medidas que visam barrar a candidatura das pessoas. Acredito que deva haver maior comprometimento do cidadão. Um cidadão politizado conhecerá seu candidato e não precisaria ser "guiado" pelo Poder Judiciário, que deveria se preocupar em punir aqueles que cometem ilícitos.

Rodrigo Moritz Britz

Carros do TJ

É deplorável a justificativa dos desembargadores para a aquisição de 90 carros novos, enquanto temos milhares de processos engavetados nos órgãos do Judiciário que estão se empilhando por anos.

Valdir Kesterling

Denúncia de tortura 1

Não acredito que o fato ocorrido no Uberaba, com denúncia de tortura de um morador, ponha em risco o programa das UPS, pois a Polícia Militar tem mecanismos de depuração de integrantes que eventualmente cometem desvios de conduta.

Lulz Eduardo Hunzicker

Denúncia de tortura 2

Infelizmente, com relação ao abuso sofrido por esse rapaz, vejo como é gritante o racismo em Curitiba. Quando vi no noticiário que o bairro no qual morei teria uma UPS, lamentei, pois imaginei que inocentes sofreriam com essa polícia, que, para mostrar serviço, comete abusos. Que esse rapaz consiga superar o trauma e que possa ter proteção.

Eliana de Freitas Marques

Denúncia de tortura 3

Situações como essa jamais deveriam acontecer. É chocante saber de tamanha barbaridade cometida em pleno século 21. O poder público veio para ajudar o povo, sem discriminação social ou racial, mas por atitudes de alguns fica desacreditado.

Ricardo Moser Ferreira

ENTRELINHAS

Aprendendo na prisão

Vinte e duas unidades do sistema penitenciário do Paraná já receberam os 27.577 livros didáticos doados pela Base Editorial à Secretaria Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. O material destina-se à educação formal (ensinos fundamental e médio) de aproximadamente 15 mil apenados. Foram doados livros de Português, História, Geografia, Ciências, História e Geografia integradas, e obras da coleção interdisciplinar Caminhos.

07 MAR 2012

RIO GRANDE DO SUL

Justiça obriga retirada de crucifixos dos seus prédios

¶ O Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul determinou a retirada dos crucifixos e símbolos religiosos dos espaços públicos dos prédios da Justiça no Estado. A decisão administrativa foi tomada ontem, na primeira reunião do ano, por unanimidade, e atendeu a pedido da Liga Brasileira de Lésbicas e outras entidades sociais formulado em novembro do ano passado. O gestores dos prédios da Justiça serão notificados do ato nos próximos dias. O relator da matéria, desembargador Cláudio Maciel, afirmou que "resguardar o espaço público do Judiciário para o uso somente de símbolos oficiais do Estado é o único caminho que responde aos princípios constitucionais republicanos de um Estado laico, devendo ser vedada a manutenção dos crucifixos e outros símbolos religiosos em ambientes públicos", disse.

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ quer 07 MAR 2012

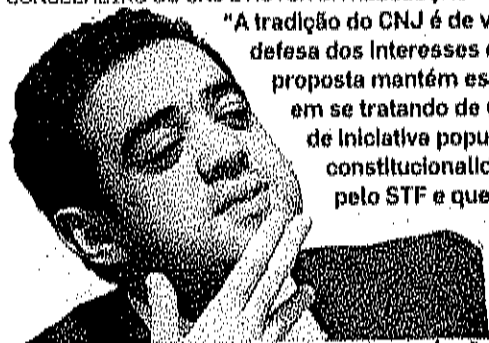
Ficha Limpa no Judiciário

Resolução propõe que lei se aplique a todos os nomeados para função ou cargo de confiança

• Justificativa

BRUNO DANTAS

CONSELHEIRO DO CNJ E AUTOR DA RESOLUÇÃO



"A tradição do CNJ é de vanguarda na defesa dos interesses da sociedade. Essa proposta mantém essa tradição, em se tratando de uma lei de iniciativa popular que teve a constitucionalidade reconhecida pelo STF e que foi festejada em todo o País"

Uma proposta de resolução do Conselho Nacional de Justiça estende para todos os tribunais do País a proibição de designação de pessoas atingidas pela Lei da Ficha Limpa para funções ou cargos de confiança.

Pela proposta do conselheiro Bruno Dantas, o servidor que hoje ocupar cargo de confiança e tiver contra si uma condenação em segunda instância por um dos crimes listados na Lei da Ficha Limpa seria exonerado no prazo de 90 dias.

O texto ainda obrigaria os tribunais de Justiça de todo o País a encaminharem, no prazo de 60 dias, projetos de lei aos legislativos locais para estender as regras da Lei da Ficha Limpa para a seleção de servidores efetivos e de magistrados.

A proposta de resolução veda ainda a "manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços" com empresas que tenham entre os empregados colocados à disposição dos tribunais pessoas atingidas pelo que está previsto na lei.

Conforme o texto, quem for nomeado ou designado terá, antes da posse, de declarar por escrito não incidir em alguma das hipóteses previstas na lei.

Alcance. A resolução, se aprovada, valerá para toda a Justiça Federal, Justiça Eleitoral, tribunais de Contas, Justiça estadual e Justiça Militar.

Somente o Supremo Tribunal Federal (STF) não seria alcançado pela resolução, pois a Corte não se submete, constitucionalmente, às decisões do Conselho Nacional de Justiça.

O texto da resolução foi encaminhado no fim da semana passada a todos os conselheiros. Bruno Dantas espera que o texto possa ser votado na sessão marcada para o fim deste mês.

"A tradição do CNJ é de vanguarda na defesa dos interesses da sociedade. Essa proposta mantém essa tradição em se tratando de uma lei de iniciativa popular que teve a constitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal e foi festejada em todo o País", afirmou o conselheiro.

Eleição. De iniciativa popular, a Lei da Ficha Limpa entrou em vigor em junho de 2010 e tornou inelegível quem for condenado por órgão colegiado, como um Tribunal de Justiça, por crime contra a administração pública,

contra o patrimônio público ou privado e contra o sistema financeiro e quem tiver sido condenado por crime eleitoral, abuso de autoridade, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e outros tipos penais.

Desde que foi sancionada, a constitucionalidade da lei era questionada no STF. Somente neste ano, os ministros confirmaram que a Lei da Ficha Limpa é constitucional. Os novos casos de inelegibilidades já valem para as eleições deste ano.

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça gaúcha retira símbolos religiosos de seus prédios

O Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul determinou a retirada de símbolos religiosos, como crucifixos, dos espaços públicos dos prédios da Justiça no Estado. A decisão administrativa foi tomada ontem, na primeira reunião do ano, por unanimidade, e atendeu a pedido da Liga Brasileira de Lésbicas e outras entidades sociais formulado em novembro do ano passado. O gestores dos prédios serão notificados nos próximos dias.

O relator da matéria, desembargador Cláudio Baldino Maciel, afirmou que "resguardar o espaço público do Judiciário para o uso somente de símbolos oficiais do Estado é o único caminho que responde aos princípios constitucionais republicanos de um Estado laico", explicou, nas justificativas que o levaram ao voto, seguido pelos outros quatro integrantes do conselho.

"Recebemos a decisão com felicidade", comentou a articuladora da Liga Brasileira de Lésbicas no Rio Grande do Sul, Ana Naiara Malazonta. "Trabalhamos com os argumentos de que o Estado é laico e de que se exige impessoalidade do servidor público. Esse símbolo colocado aí pelo gestor, assumindo sua fé como mais importante, não é adequado a tais princípios."

As entidades também esperam decisões da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da Assembleia Legislativa e do governo do Estado para pedidos semelhantes feitos no final do ano passado. "Vamos juntar a decisão do Tribunal de Justiça às petições feitas aos outros poderes", anuncia Ana Naiara.

A Arquidiocese de Porto Alegre não comentou a decisão até a noite de ontem.

07 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Na TV, socialite revela fraude em CNH

07 MAR 2012

No programa 'Mulheres Ricas', filha de joalheira disse ter passado pontos de 22 infrações para mãe; polícia investiga falsidade ideológica

A Polícia Civil abriu um inquérito para apurar por que a socialite Lydia Sayeg, de 44 anos, não procurou um órgão de trânsito para transferir as multas tomadas pela filha Jessica Sayeg Sayegh, de 20. As infrações foram parar no prontuário de Lydia, que teve a carteira de motorista cassada.

De acordo com o delegado José Sampaio Lopes Filho, da Delegacia de Crimes de Trânsito (DCT), mãe e filha podem responder pelo crime de falsidade ideológica. Lopes Filho informou ontem que vai chamar as duas nos próximos dias para prestar depoimento.

No episódio do programa *Mulheres Ricas* exibido pela Band em 27 de janeiro, Jessica admite que levou 22 multas enquanto dirigia com a carteira provisória de motorista. Para conseguir a habilitação, motoristas iniciantes não podem cometer infrações graves ou gravíssimas nem reincidir em infração média no prazo de um ano. A DCT levantou 13 multas no prontuário de Lydia entre os meses de fevereiro e outubro de 2011, quando Jessica dirigia o carro da mãe.

Segundo Lopes Filho, a DCT instaurou o inquérito na última sexta-feira para apurar o caso, após um dos policiais ver o vídeo na internet no qual Jessica, após ser repreendida pela mãe, confessa o recebimento das multas. "Ao receber as multas em casa, a mãe deveria ter informado o órgão de trânsito responsável que

não era ela quem estava conduzindo o carro. Aparentemente, a mãe encobriu a atitude da filha, que já deveria estar com a carta cassada", disse Lopes Filho.

Jessica tirou a carta provisória no dia 16 de fevereiro de 2011. A permissão para dirigir venceu no último dia 15. No prontuário dela não constam multas. No período de validade da carteira da filha, a socialite recebeu pelo menos 13 multas, totalizando 49 pontos, de acordo com o levantamento da DCT. Foram seis anotações por usar telefone celular, cinco por trafegar em local em horário não permitido, uma por excesso de velocidade e outra por dirigir na faixa de ônibus.

A reportagem entrou em contato com a Assessoria de Imprensa da socialite, dona da joalheria Casa Leão, às 18h de ontem. A assessoria informou que não conseguiu localizar Lydia. No vídeo de *Mulheres Ricas*, a socialite reclama com a filha que perdeu a carta por causa dela. A habilitação foi cassada em junho de 2011.

07 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Lojista é acusado de atear fogo a morador de rua

Um comerciante foi apresentado ontem pela Polícia Civil do Distrito Federal como o mandante da ordem de atear fogo a dois moradores de rua nos arredores de Brasília. O crime aconteceu porque, supostamente, as vítimas atrapalhavam os negócios do empresário. Outros três suspeitos também foram presos.

Foram presos o comerciante Daniel de Abreu Lima, de 36 anos, Lucas Júnior Araújo e Sá, de 19, que teria jogado o combustível nos mendigos, Edmar Pereira da Cunha Júnior, também de 19 anos, que teria riscado o fósforo sobre as vítimas, e Gervanio Balbino de Oliveira. Foi graças a uma delação premiada que a polícia chegou aos suspeitos.

De acordo com o delegado do caso, Guilherme Nogueira, o comerciante teria oferecido R\$ 100 para que o grupo se livrasse dos dois moradores de rua, Paulo Cezar Maia, de 42 anos, que está internado com 63% do corpo queimado, e José Edson Mielos de Freitas, de 26, que morreu. Segundo a polícia, Abreu Lima comprou o combustível e providenciou os fósforos.

Eles vão responder por duplo homicídio, um consumado e outro tentado. Se condenados, podem pegar de 12 a 30 anos de prisão.

07 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

JUSTIÇA

Segurança que matou cliente é condenado

O 1.º Tribunal do Júri de São Paulo condenou o segurança Genilson Sousa a 18 anos de reclusão. Em novembro de 2008, após uma discussão em uma loja das Casas Bahia, no Campo Limpo, zona sul de São Paulo, o segurança atirou contra a cabeça do motocoboy Alberto Milfont Jr. A vítima havia ido ao local com a namorada e um amigo para comprar um colchão. Sousa ainda poderá recorrer em liberdade.

07 MAR 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

COVARDIA de marmanjos

EM APENAS
UM HOSPITAL
DE CURITIBA,
UMA CRIANÇA
É INTERNADA
DIARIAMENTE
POR CAUSA DE
MAUS-TRATOS.

O mais alarmante
quase 70%
são vítimas de
**violência
sexual**. Não
é preciso se
identificar pra
denunciar.



Só o Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, atendeu 374 crianças e adolescentes vítimas de agressões e maus-tratos no ano passado: é mais de um caso por dia! Este ano já são 54 ocorrências

07 MAR 2012

Violência É muito abuso!

Joyce Carvalho

A morte do menino de apenas um ano e sete meses por maus-tratos, no último domingo, é apenas um pequeno reflexo de uma dura realidade. Somente o Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, onde a criança foi atendida, registrou o atendimento de 374 crianças e adolescentes vítimas de violência e maus-tratos no ano passado. Em 2012, até 4 de março, foram 51 casos de suspeitas de maus-tratos atendidos no hospital.

O Pequeno Príncipe, referência no atendimento de crianças e adolescentes, faz anualmente um levantamento com os números de atendimentos relacionados à violência e maus-tratos. De acordo com o hospital, em 2010, houve 224 casos com violência sexual (68% do total de 330 atendimentos naquele ano). O segundo lugar ficou com a agressão física, com 16,5% do total de atendimentos. O hospital ainda detectou que 34% das crianças e adolescentes atendidos não eram vítimas de maus-tratos ou abuso pela primeira vez naquele momento. Destes, 30% sofriam as agressões constantemente.

“Quando a criança chega ao hospital, existe uma investigação médica sobre o que aconteceu com ela. Os profissionais fazem questionamentos para a criança e o adulto que está acompanhando. Até para

verificar se há contradição. Tem casos de histórias mal contadas, que não batem com o que a parte clínica está indicando”, explica o psicólogo Bruno Jardini Mader, do setor de psicologia do Hospital Pequeno Príncipe.

Também são observados os tipos de lesão. Por exemplo: uma criança quebrar um braço pode até ser considerado normal, pois anda de bicicleta, brinca, se pendura em árvore. Mas uma fratura de fêmur, por exemplo, pode causar estranheza na equipe médica. O mesmo acontece quando a criança tem várias lesões pelo corpo. Os profissionais também observam o comportamento da criança e do adulto, além da relação entre os dois.

Em caso de suspeita de maus-tratos, o hospital notifica a rede municipal de proteção, que envolve uma série de órgãos para proteger as vítimas. Foi o que aconteceu no caso da criança que morreu no último domingo. A mãe adotiva dela, de 27 anos, foi presa diante das constatações de lesões e do discurso sobre os motivos dos machucados, que mudava a toda hora.

A vítima de maus-tratos passa por acompanhamento psicológico ainda no período de internação. De acordo com Bruno Mader, depois da alta no hospital, a equipe do setor de psicologia continua em contato com a criança. “Ela que tem esta marca não precisa perder o resto da vida”, considera o psicólogo.

CONTINUA

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

07 MAR 2012

Há várias maneiras de denunciar. E não é necessário se identificar!

O promotor de Justiça Murillo Diglácómo explica que os profissionais da educação e da saúde têm o dever de denunciar qualquer suspeita de violência contra crianças. Ele acredita ser essencial que toda a sociedade faça a denúncia sobre casos de maus-tratos e de outras violações de direitos de crianças e adolescentes. Mesmo que haja somente uma suspeita. Isto pode ser feito para conselhos tutelares, polícia e Ministério Público. Outro canal importante é o Disque 100. Pelo telefone, é possível denunciar até mesmo sem ser identificado.

Diglácómo conta que os pais e as pessoas que moram junto com a criança tendem a ser os principais agressores, até mesmo pela proximidade. Os motivos para a violência são variados. No

entanto, ainda há uma questão cultural muito forte, a de bater para educar. "Educar através da violência é um equívoco. Quem dá uma palmada pode espancar em um dia de fúria. Deve-se continuar educando, impondo limites, mas sem métodos violentos. É mais fácil dar uma cintada e mandar para o quarto do que sentar, explicar, orientar. O que realmente vai romper o ciclo de violência é o diálogo", explica.

Punições

De acordo com o promotor, os pais que agredem os próprios filhos podem perder o poder sobre a família, ou seja, podem ser afastados das crianças e perder a guarda delas. Podem ainda sofrer sanções administrativas, além de responder criminalmente pelos atos. (JC)

374

casos de violência
infanto-juvenil foram
atendidos em 2011

68%

dos casos atendidos em 2010
foram de violência sexual

34%

dos casos atendidos em
2010 eram reincidências

Fonte: Hospital Pequeno Príncipe

A legislação usada para punir os casos de maus-tratos é o Código Penal (lei federal 2.848/1940).



O artigo 136 diz:

Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância; para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia; quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado; quer abusando de meios de correção ou disciplina;

Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa.

• 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de um a quatro anos.

• 2º - Se resulta a morte:
Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

• 3º - Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos. (Incluído pela Lei nº 8.069, de 1990).

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninha 07 MAR 2012

Ex-diretor da Assembleia é detido. De novo

Ana Carolina Bendlin

O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o Bibinho, voltou a ser detido ontem. A medida, determinada pela juíza da 9.ª Vara Criminal de Curitiba, Ângela Regina Ramina de Luca, foi motivada por pedido do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco). O órgão, vinculado ao Ministério Público, efetuou a prisão, alegando que Bibinho estaria prejudicando as investigações a respeito das denúncias de irregularidades na Assembleia durante sua gestão.

Bibinho foi abordado pelo Gaeco no início da tarde, quando sala de restaurante próximo a seu escritório, no Centro Cívico. Para o advogado dele, Eurolino Sechini dos Reis, a decisão da Justiça foi "arbitrária e abusiva". O advogado deve entrar com pedido de habeas corpus hoje e a expectativa da defesa é que ele seja liberado até o fim de semana.

Acusado de participação de esquema de contratação de funcionários fantasmas na Assembleia durante sua gestão, que começou a ser investigado em 2010, após denúncias do jornal Gazeta do Povo. Na época, o MP chegou a estimar que o desvio teria chegado a R\$ 100 milhões. Bibinho foi o único ex-diretor envolvido no caso que conseguiu prorrogar seu julgamento, com a alegação da defesa que ele seria mentalmente incapaz. Com a comprovação de sua sanidade por meio de exames realizados em 2011 no Instituto Médico Legal (IML), as investigações contra puderam ter continuidade.

07 MAR 2012

JORNAL DO ESTADO

VLADIMIR POLÍZIO JÚNIOR

Justiça Seletiva

Nos últimos dias tem ganhado destaque no noticiário a morte de uma jovem no Hopi Hari e o congestionamento nos aeroportos por conta dos problemas no check in da TAM. Assisti a entrevistas de um promotor de justiça explicando a interdição do parque e a importância de se descobrir se era a cadeirinha da direita ou da esquerda a defeituosa, e com relação ao transporte aéreo, a importância de existirem juizados especiais nos aeroportos, meio seguro de se levar a justiça mais perto dos consumidores prejudicados.

Com relação ao que aconteceu no parque, indubitosa a tragédia que atingiu a toda uma família. O problema é a quantidade de pessoas que surgem procurando, cada qual ao seu modo, se aproveitar da dor alheia para ganhar os holofotes da mídia. É como quando alguma bala, perdida ou não, atinge pessoa conhecida: imediatamente aparecem os que bradam que essa investigação deva ser priorizada, como se a vida de alguém pudesse ser mais importante que a de outra pessoa. Ora, não seriam todos os crimes que deveriam ser investigados?

O problema da seletividade não pode apenas ser repudiado quando a prioridade é a solução do caso alheio, pois é princípio da cidadania que todos somos iguais perante a lei, de modo que tudo deva ser prioridade ou, melhor dizendo, que tudo seja investigado sem se priorizar alguém. E essa inversão de valores, de se priorizar o individual em desfavor do coletivo, também é flagrante com relação aos juizados dos aeroportos. Explico: de fato, as longas esperas e o desrespeito de empresas aéreas com direitos do consumidor são causas de inegáveis transtornos indenizáveis. Todavia, alguém duvida que sofra disabor menor quem aguarda atendimento nas filas ou nas macas improvisadas nos corredores dos hospitais públicos?

Vladimir Polízio Júnior, 41 anos, é
defensor público
(vladimirpolizio@gmail.com)

07 MAR 2012

BIBINHO JORNAL DO ESTADO

Ex-diretor da Assembleia é preso

O ex-diretor da Assembleia Legislativa Abib Miguel, o Bibinho, foi preso ontem, quando saía de um restaurante localizado próximo a seu escritório, no Centro Cívico, em Curitiba. A prisão foi efetuada por policiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em cumprimento a prisão preventiva decretada pela juíza Ângela Regina Ramina de Lucca, da 9ª Vara Criminal. Segundo o Ministério Público, Bibinho estaria atrapalhando as investigações e o

andamento do processo a que responde na Justiça.

Bibinho é acusado de chefiar uma quadrilha que desviou R\$ 200 milhões dos cofres da Assembleia. Ele foi preso em abril de 2010, mas os advogados de defesa conseguiram reverter a privação de liberdade no Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro.

Sete ações foram propostas pelo Ministério Público (MP) contra Bibinho e as outras pessoas que supostamente integravam a quadrilha. Duas dessas ações contra Bi-

binho foram suspensas porque os advogados de defesa dele alegaram que o acusado sofre de distúrbios psiquiátricos e, portanto, seria incapaz de responder criminalmente por seus atos.

Nos dois exames realizados por psicólogos e psiquiatras do Instituto Médico Legal (IML), o diagnóstico foi de que Bibinho possui ou não distúrbios psiquiátricos.

A defesa do ex-diretor deve protocolar o pedido de habeas corpus para Abib Miguel hoje (7).

CONJUR

Juiz que agrediu mulheres recebe pena de censura

06 MAR 2012

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiu, nesta segunda-feira (5/2), pela aplicação de pena de censura ao juiz Joaquim Lafayette Neto, titular da 5ª Vara Criminal do Recife. A punição representa impossibilidade de promoção por merecimento pelo prazo de um ano. Nove dos 15 desembargadores votaram a favor da pena.

Lafayette Neto foi julgado por faltas disciplinares cometidas na véspera do Natal de 2010. O processo administrativo 47/2011 diz que o juiz, armado e embriagado, foi responsável por uma confusão em um bar no bairro de Casa Amarela, Zona Norte do Recife. Ele teria batido em mulheres que rejeitaram seu assédio e as ameaçado com um revólver. Desarmado por uma das mulheres, ele ainda teria urinado na rua antes da chegada dos policiais.

Em sua defesa, o juiz alega que ficou embriagado, involuntariamente, por ser diabético e não ter se alimentado naquele dia. A Corte Especial entendeu que ele aceitou o risco de se embriagar, pois sabia da sua doença e da condição de jejum.

Para o desembargador Silvio Beltrão, o juiz apresenta uma conduta destacada no Judiciário pernambucano e a punição de censura já representaria uma dura medida. "Acredito que o juiz deva sim pagar pelos seus atos e faltas disciplinares, mas a aposentadoria compulsória é uma medida deveras hiperativa", afirmou o magistrado.

Já o desembargador Leopoldo Raposo, relator do caso, defendeu a necessidade de punição para a "conduta indevida do magistrado". Sua relatoria concluiu pela aposentadoria compulsória do juiz.

Por fim, em voto enérgico, o vice-presidente do TJ-PE, desembargador Fernando Ferreira, admitiu que apenas a pena de censura não indicaria a gravidade dos fatos relatados. "A meu ver, o próprio Poder Judiciário sai ferido com essa decisão. Um magistrado deve apresentar uma postura ética tanto em sua vida pública como na vida privada e tal preceito não foi seguido pelo juiz aqui julgado", concluiu. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-PE.*

CONJUR

Juizados pedem regulamentação de sentenças em bloco

06 MAR 2012

Por Alessandro Cristo

Para desburocratizar rotinas nos cartórios judiciais, o Juizado Especial Federal da 3ª Região tenta tornar regra procedimentos informais adotados para facilitar o trabalho. Na última sexta-feira (2/3), em solenidade de comemoração pelo aniversário de dez anos dos Juizados na 3ª Região, a presidente dos Juizados, **Luciana Ortiz**, propôs ao novo corregedor regional, desembargador Fábio Prieto, a criação de um manual que oficialize as práticas.

Entre elas está a assinatura em massa, pelos juízes, de diversas sentenças sobre o mesmo tema. Com autos eletrônicos desde 2002, os Juizados permitem que milhares de decisões recebam, com um só ato, a assinatura digital do juiz. O procedimento, embora largamente utilizado, não consta em qualquer regramento, o que tem levado reclamações de advogados à Corregedoria do Tribunal Regional Federal. "Na maioria das vezes, o corregedor desconhece esses procedimentos e exige que o juiz explique formalmente a iniciativa", diz Luciana.

Segundo ela, embora a assinatura seja registrada em lote, cada processo é analisado pelo juiz. "O ato é um só, mas cada uma das sentenças é autenticada com uma assinatura diferente, funcionalidade que segue o sentido da Lei do Processo Eletrônico e o princípio da celeridade", defende.

Embora usada só nos Juizados, o procedimento poderia ser aplicado também nas varas comuns, na opinião da presidente dos Juizados, "desde que o processo seja eletrônico e a matéria seja repetitiva".

No evento, o desembargador Fábio Prieto rejeitou que a autorização venha por meio de um provimento da Corregedoria Regional. Nesse caso, como propôs Luciana Ortiz, a saída seria um manual de procedimentos saído da Escola da Magistratura da 3ª Região, que teria competência para padronizar os procedimentos nos Juizados, sem a necessidade de aval da presidência do tribunal.

Outra prática adotada pelos Juizados ainda sem regulamentação é a contagem de prazo processual a partir da notificação eletrônica, via Portal de Intimações, dos órgãos envolvidos em causas nos Juizados Especiais Federais, como INSS, Caixa Econômica Federal, Advocacia-Geral da União, MPF e Defensoria Pública. Fruto de acordo entre a Coordenadoria dos Juizados da 3ª Região e os órgãos, o Portal de Intimações está em funcionamento desde o dia 22 de fevereiro.

Outra preocupação da presidente Luciana Ortiz é com a padronização de procedimentos no recebimento dos processos eletrônicos. "Não existe uma regra que diga que o processo deva ser rejeitado se tiver, por exemplo, um número errado", afirma. "É claro que a Coordenadoria tenta homogeneizar as práticas mediante ofícios circulares, mas uma consolidação das normatizações em um manual facilitaria o acesso às regras."

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CONJUR 06 MAR 2012

A comemoração pelos 10 anos dos Juizados na 3ª Região, ocorrida na quinta e na sexta-feira da última semana (1º e 2 de março), contou com a participação dos ministros Ari Pargendler, presidente do STJ, João Otávio de Noronha, corregedor da Justiça Federal, e Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça, e dos desembargadores Newton De Lucca, presidente do TRF-3, Fábio Prieto, corregedor regional do tribunal, Therezinha Cazerta (*foto*), coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, Márcio Moraes e Marisa Santos, além de juízes, procuradores e defensores públicos. Os desembargadores aposentados do TRF-3 José Eduardo Barbosa Santos Neves e Anna Maria Pimentel também palestraram, assim como o juiz Sílvio Luis Ferreira da Rocha, integrante do Conselho Nacional de Justiça. Cerca de 200 pessoas lotaram o auditório do Juizado, na capital paulista, nos dois dias do evento.